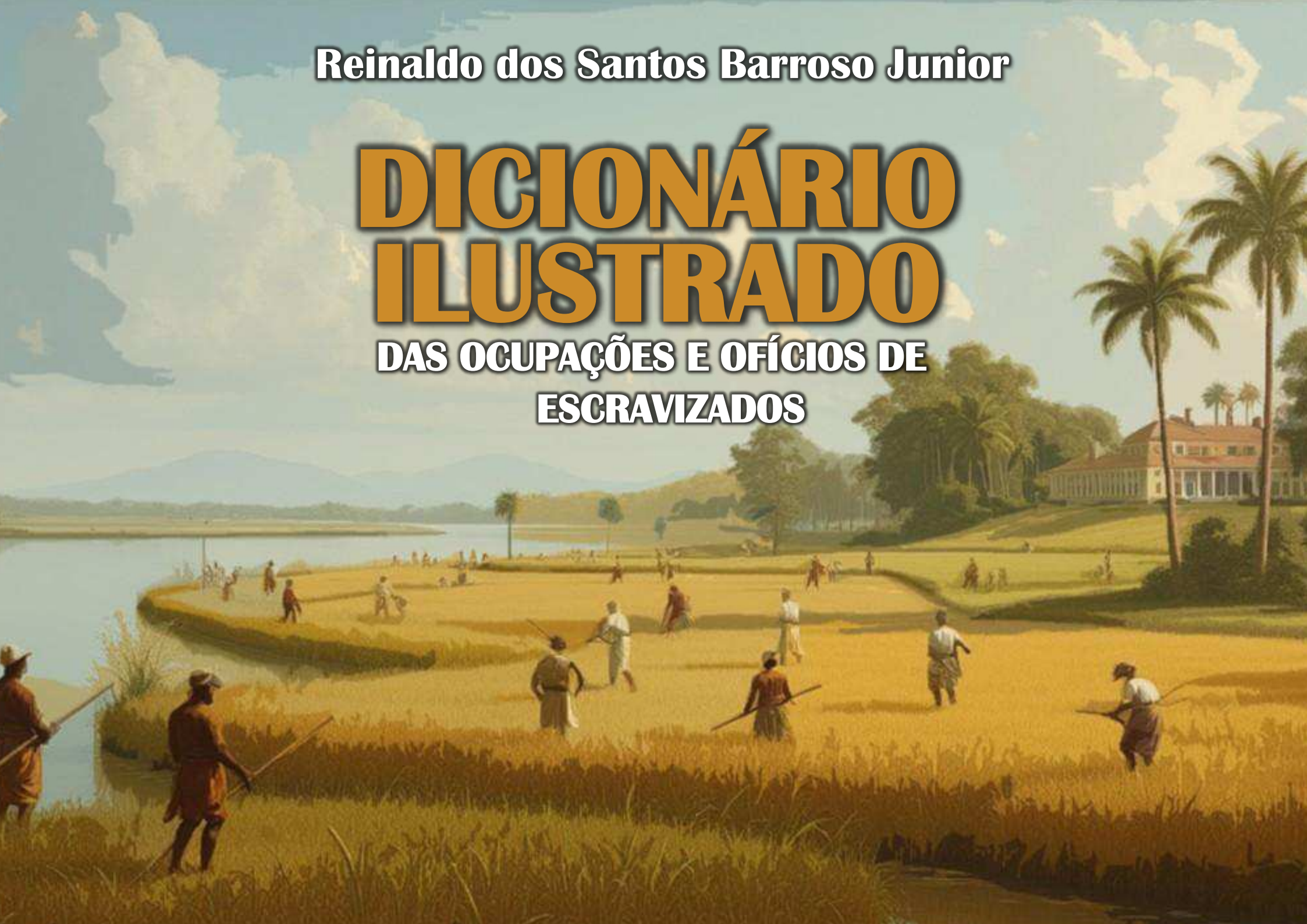


Reinaldo dos Santos Barroso Junior

DICIONÁRIO ILUSTRADO

**DAS OCUPAÇÕES E OFÍCIOS DE
ESCRAVIZADOS**



Reinaldo dos Santos Barroso Junior

DICIONÁRIO ILUSTRADO
DAS OCUPAÇÕES E OFÍCIOS DE
ESCRAVIZADOS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

Texto

Reinaldo dos Santos Barroso Junior

Revisão

Marcos Vinícius de Freitas Reis

Diagramação

Kecianny Araújo Santos

Capa

AI - seaart.ai

Ilustrações

Reinaldo dos Santos Barroso Junior

Kecianny Araújo Santos

AI-Pro

Seart-AI

Barroso Junior, Reinaldo dos Santos.

Dicionário ilustrado das ocupações e ofícios de escravizados / Reinaldo dos Santos Barroso Junior. – São Luís, 2025.

141 f. : il.

Produto Educacional da Tese: “A memória do cativo e os braços do trabalho: dicionários, escravidão, escravizados e suas ocupações ao final do período colonial no Maranhão (1760-1822)”.

Orientação do Prof. Dr. Marcos Vinicius Freitas.

1. Ensino de história. 2. Dicionário histórico. 2. Escravidão. I. Título.

CDU 038:326(812.1).03

Elaborada por Lausa Sousa Barros - CRB 13/657

Apresentação

Este dicionário é fruto de um longo percurso de investigações, projetos e iniciativas nas universidades onde exerço minha principal ocupação como professor de história, Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Estadual do Piauí, e com o apoio de instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Um percurso que priorizou o diálogo sobre a escravidão, em diferentes níveis, a escravidão e suas particularidades a partir do Maranhão e das localidades vizinhas, como Pará e Piauí, ao final do período colonial e no século XIX. Um percurso que culminou na tese intitulada “**A memória do cativo e os braços do trabalho: Dicionário, escravidão, escravizados e suas ocupações ao final do período colonial no Maranhão (1760-1822)**”, defendida para obtenção do doutoramento em “História, Ensino e Narrativa” pela Universidade Estadual do Maranhão com a qual este dicionário dialoga e retira as informações que sedimentam todo este dicionário.

As informações usadas aqui funcionam como elementos alusivos para discutirmos as relações sociais no Brasil, onde as divisões estão bem estabelecidas sobre a ideia da exploração e uso laboral

de um grupo com características étnico-raciais, divisões que estabelecem discriminações e desigualdades. As divisões sociais brasileiras precisam ser melhor repensadas a partir de um trauma histórico de grande impacto, a escravidão, como uma forma de combater as discriminações e desigualdades. A escravidão definiu as bases de nossas relações de exploração, o que se manifesta em estruturas econômicas, sociais e culturais largamente arraigadas dentro da sociedade brasileira.

Em virtude disso, construímos este dicionário sobre as técnicas, ocupações e ofícios de escravizados como uma forma de repensar nossa sociedade e, sobretudo, nossas relações de trabalho. Um dicionário que pense as relações de trabalho dentro da escravidão na história brasileira, a importância da mão de obra de escravizados negros que construíram o mundo colonial com suas mãos ao ter suas especificidades exploradas, ao levantar casas e prédios, ao cuidar de serviços essenciais e ao produzir a maior parte dos elementos da economia agroexportadora que definiu o Brasil nas suas relações internacionais.

Um dicionário ilustrado para repensar a formação do nosso mundo do trabalho atual e formar uma consciência histórica que posicione os trabalhadores negros dentro do Brasil produtor e nas relações com sua sociedade, nas relações étnico-raciais cotidianas,

repensando nosso entorno e repensando nossa existência. Um produto que sirva de base para a memória usada dentro dos mecanismos educacionais e que valorize os trabalhadores negros na construção da sociedade brasileira.

O autor.

Notas sobre as imagens deste Dicionário

Nesta obra, priorizamos a definição das ocupações, ofícios e atividades de escravizados ao final do período colonial, bem como citamos exemplos de escravizados nas ocupações em destaque, a partir da história regional do Maranhão.

No intuito de melhor vislumbrarmos os ofícios destes escravizados, fizemos uso de imagens produzidas artificialmente como complemento didático e estratégia lúdica. As imagens foram produzidas a partir do conhecimento acumulado sobre os ofícios e ocupações de escravizados ao longo da história e com pesquisas e levantamentos documentais em fontes manuscritas preservadas nos Arquivos Históricos do Maranhão, o ATJMA e o APEM, fontes arquivísticas referentes aos anos de 1760 a 1822.



VERBETES

Esse conhecimento foi acumulado e organizado em um banco de dados com base em documentações inventariais que registraram os escravizados ao final do período colonial. A partir deste banco de dados com inúmeras informações sobre os escravizados do mundo colonial, acumulamos um vasto conjunto de

conhecimentos indiretos que nos permitiu imaginar ofícios e atividades de negros africanos escravizados no mundo colonial.

A partir desse conhecimento indireto e com o apoio das Inteligências Artificiais conseguimos construir pinturas que retratassem o cotidiano de trabalho dos escravizados ao final do século XVIII e começo do século XIX. Pinturas que simulavam pinturas verdadeiras de escravizados exercendo seus ofícios à beira de rios como o rio Itapecuru no Maranhão, em oficinas designadas por seus senhores ou nos campos e outras localidades de trabalho para que pudéssemos abrir um ponto de imaginação sobre o mundo de trabalho destes escravizados negros que levantaram o Brasil.

➤ Alfaiate	10
➤ Ama de Leite	16
➤ Balceiro	20
➤ Barbeiro	24
➤ Cabelereiro	28
➤ Cadete	32
➤ Calafate	36
➤ Canoeiro	40
➤ Capina	44
➤ Carapina/Carpinteiro	48
➤ Carreteiro	54
➤ Copeiro	58
➤ Costureira/Bordadeira	62
➤ Cozinheira	68
➤ Doceira	72
➤ Feitor	76
➤ Ferreiro	82
➤ Ganhador	86
➤ Gomadeira/Engomador	90
➤ Hospitaleiro	94
➤ Lavadeira	98
➤ Marinheiro	102
➤ Oleiro	104
➤ Pedreiro	108
➤ Pescador	112
➤ Prático de Carreira	116
➤ Roceiro	120
➤ Sapateiro	124
➤ Servente	128
➤ Tecelão	132
➤ Vaqueiro	136



Aa

Alfaiate

No contexto do período colonial e imperial, os escravizados alfaiates eram raros dentro da escravidão brasileira, envolvia um conjunto de conhecimentos com os quais os escravizados precisavam lidar, estranhos ao mundo africano. Entretanto, fazia-se necessário sua presença, pela própria necessidade em moldar e construir roupas para os senhores e proprietários coloniais.

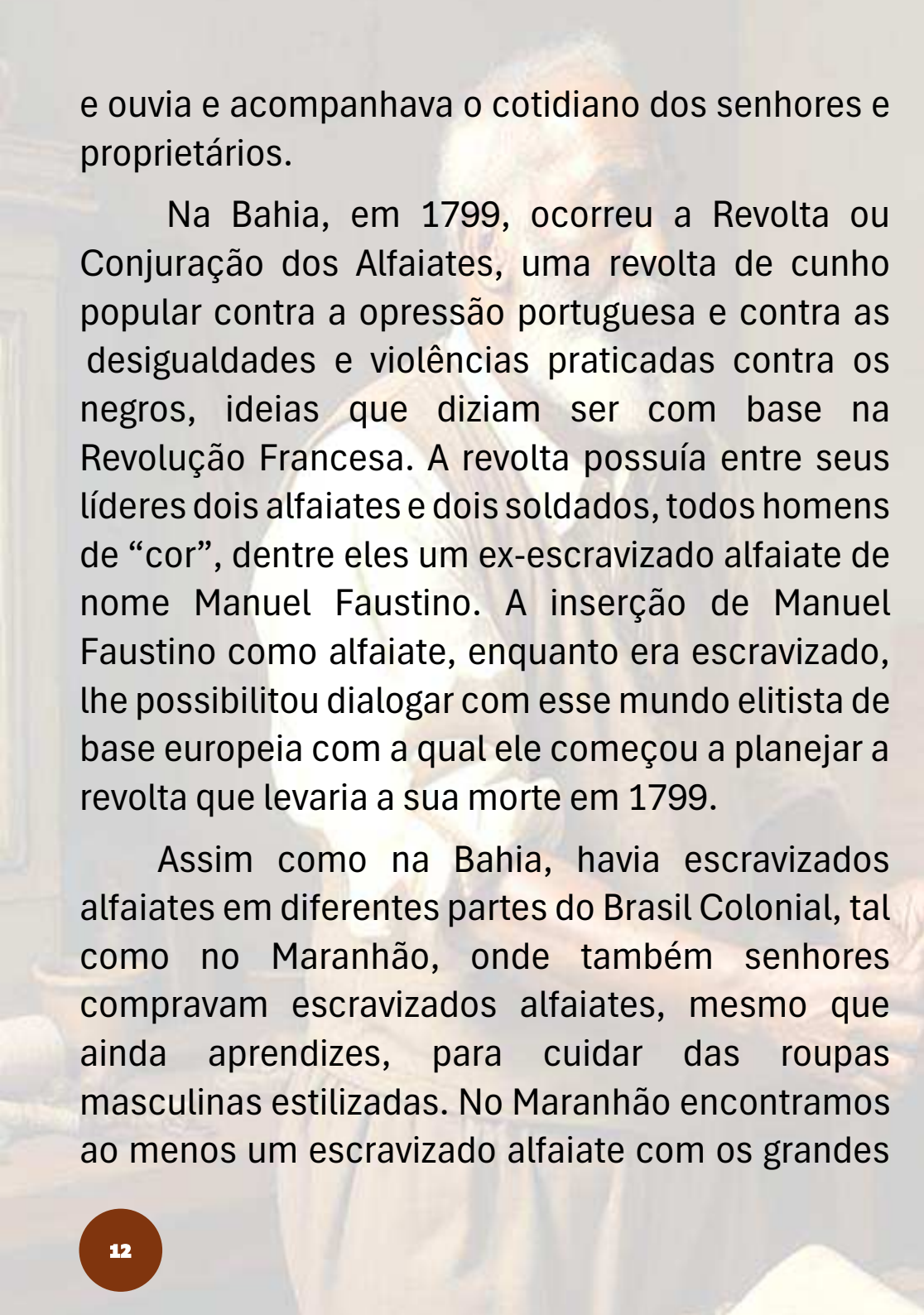
Nesse sentido, é importante enfatizar que alfaiates eram oficiais de um tipo de costura e corte que era definido dentro da cultura europeia masculina, dobraduras de tecido, cortes e costuras de acabamentos laterais, tecidos com cores mais escuras como preto e cinza, ao contrário da cultura africana que priorizava as cores vivas e fortes como o verde, o vermelho e o azul.

Sobre o escravizado alfaiate recaia a obrigação em conhecer o universo social das vestimentas masculinas europeias, bem como a etiqueta e

distinção com base no eurocentrismo. Nesse sentido, havia uma forte resistência ao uso de escravizados negros, baseado em preconceitos e preceitos já racializados que duvidavam da capacidade dos negros em interpretar esse sistema de valores sociais expressos nas vestimentas.

Acreditavam, os colonizadores portugueses, que africanos eram boçais e bárbaros e capazes apenas do exercício das atividades braçais, entretanto a necessidade de ocupar africanos com atividades cada vez mais constantes, abriu espaço para que escravizados pudessem ocupar ofícios como sapateiros e alfaiates.

Senhores e proprietários, cada vez mais, queriam exercer menos atividades e ocupações e apenas usar a força de trabalho dos escravizados africanos. Isso tornou possível aos negros escravizados, ocupar atividades que exigiam dos negros africanos a interlocução mais íntima com o mundo europeu. O alfaiate media, escolhia e cortava tecidos, refazia costuras no molde europeu



e ouvia e acompanhava o cotidiano dos senhores e proprietários.

Na Bahia, em 1799, ocorreu a Revolta ou Conjuração dos Alfaiates, uma revolta de cunho popular contra a opressão portuguesa e contra as desigualdades e violências praticadas contra os negros, ideias que diziam ser com base na Revolução Francesa. A revolta possuía entre seus líderes dois alfaiates e dois soldados, todos homens de “cor”, dentre eles um ex-escravizado alfaiate de nome Manuel Faustino. A inserção de Manuel Faustino como alfaiate, enquanto era escravizado, lhe possibilitou dialogar com esse mundo elitista de base europeia com a qual ele começou a planejar a revolta que levaria a sua morte em 1799.

Assim como na Bahia, havia escravizados alfaiates em diferentes partes do Brasil Colonial, tal como no Maranhão, onde também senhores compravam escravizados alfaiates, mesmo que ainda aprendizes, para cuidar das roupas masculinas estilizadas. No Maranhão encontramos ao menos um escravizado alfaiate com os grandes

proprietários, isso simbolizava que somente estes poderiam e queriam usar o serviço desses escravizados. Provavelmente, seu uso era pessoal e para o uso da família dos grandes senhores maranhenses.

Um desses escravizados era o escravizado José Joaquim com 30 anos em 1815, da região de Mina na África Central, começou a acompanhar a construção e reparo de roupas masculinas ainda na juventude como aprendiz. Era um escravizado que atendia para os senhores da família, mas, aparentemente, como “negro de ganho”, um escravizado que o senhor ganhava com a oferta de seus serviços. Logo, ele cuidava das roupas do seu senhor, bem como ainda funcionava como um ganho para o grande proprietário quando este comercializava seus serviços.

Imagem 1: Representação de um alfaiate manuseando tecido



Fonte: AL-pro, 2025.



Ama de Leite

Também conhecida como “ama seca” e “ama de peito”, eram mulheres escravizadas ou libertas submetidas a desapropriação do seu próprio leite para amamentar os filhos de outras pessoas, inclusive mulheres brancas e proprietárias. Essa foi uma prática importada da Europa, onde as mulheres brancas não amamentavam seus próprios filhos.

O serviço de amas de leite tornou-se uma atividade lucrativa para os donos de escravizados, que divulgavam anúncios de “Amas de leite” nos jornais, onde eram expostas para a compra e aluguel. Então os senhores se usavam de suas escravizadas completamente, sua força de trabalho, suas técnicas, seu conhecimento e seu corpo com o uso do leite que produzia para o seu filho negro e escravizado.

Nas regiões urbanas coloniais como as capitais, São Luís, Salvador e Rio de Janeiro, as escravizadas, forras, mulheres pobres e libertas passaram a exercer a atividade de amas vendendo

seu leite para conhecidos e nas páginas dos jornais, afim de complementar a renda de seus senhores ou seu próprio sustento familiar e, por consequência, deixando de amamentar seus próprios filhos.

No caso dos espaços rurais, junto aos rios, como o Itapecuru, por exemplo, elas, amas de leite, não eram dedicadas só a esta ocupação exclusiva, mas acumulavam funções dentro do “serviço de casa”. As escravizadas que trabalhavam como amas de leite exerciam o ofício de maneira impessoal e ocasional. A prática era sustentada em meio a relações afetivas, domésticas, paternais e pouco dimensionadas. Isso significa que essa prática poderia acontecer em áreas sertanistas e interioranas.

De fato, pelo mundo colonial, para ser ama de leite bastava ser mulher e ter tido “cria” nos últimos meses, por consequência, seu senhor e proprietário poderia fazer uso do seu leite. Era comum, portanto, afirmar que as amas de leite não tinham filhos ou crianças, mas “crias de peito”, o que a tornavam aptas à esta ocupação

Imagem 2: Representação de Ama de leite amamentando bebê branco



Fonte: SeaArt AI, 2025.



B b

Balceiro

O cotidiano colonial usava os rios como importante via de transporte e movimentação que aconteciam por meio de diferentes embarcações. Senhores e proprietários ocupavam ambos os lados e transitavam em pontos específicos do rio entre as margens através de balsas, que levavam carroças, carrocerias, liteiras, catres, bem como produtos e indivíduos quaisquer por córregos, riachos e rios que necessitavam de embarcações.

Aqueles escravizados que faziam travessias entre duas margens de um rio eram chamados de balceiros. Os balceiros poderiam ser livres “de cor” que precisavam de “ganhos” ou negros escravizados que recebiam pagamentos na travessia por rios nas diferentes extensões da capitania do Maranhão, Piauí, Pará e qualquer outra região colonial ou imperial.

Os balceiros escravizados poderiam ser cedidos por um senhor de escravos ou faziam parte

de uma rede de comércio construído por um senhor como forma de controlar a economia de um lugar. Ou simplesmente, como alguém responsável por transitar com mercadorias que sustentavam as casas grandes coloniais, próximas a vilas, freguesias pequenas e caminhos movimentados.

Manoel do Passos, por exemplo, era um negro crioulo escravizado de 30 anos que fazia a travessia de balsa entre as duas margens do rio Itapecuru, onde hoje é a cidade de mesmo nome. Ele residia na senzala junto ao imenso casarão de seus senhores, a família Belfort, umas das mais poderosas famílias até o ano de 1822. A propriedade ficava próximo ao rio Itapecuru, e era daquele espaço que o balceiro organizava a travessia de boa parte das pessoas que pretendiam atravessar o rio, bem como, ainda, se preocupava com o transporte de materiais necessários para a fazenda.

Imagem 3: Balceiro dando ordens a ajudantes



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Barbeiro

Escravizado que fazia as barbas, raspando, cortando ou aparando pelos faciais e cabelos dos senhores e escravizados. Os barbeiros trabalhavam com diferentes tipos de lâminas como lancetas ou sangradores. Barbeiros trabalhavam em diferentes espaços, rurais, urbanos e domésticos, poderiam ser alugados ou ter seus serviços usados pelo próprio dono.

Por ser um conhecimento específico sobre lâminas, cortes e estilos de barba, nem todos os escravizados poderiam exercer essa ocupação. O trato com lâminas e as habilidades no corte os vinculavam a ocupações inusitadas, dadas as percepções mais contemporâneas.

No Rio de Janeiro alguns desses escravizados acumulavam a ocupação como curandeiros ou hospitaleiros (*vide letra h*) que atendiam em áreas públicas, pequenos aterros ou terrenos baldios. O tratamento era com pequenos cortes na pele para

abrir feridas e retirar fluídos perniciosos ou, ainda para espantar espíritos em práticas curandeiras e de pajelança, tipo de religião e religiosidade de base mediúnica.

Nas capitanias e províncias do norte e nordeste não eram incomuns escravizados barbeiros, havia no mínimo um por cada fazenda e atendia além do senhor e sua família, toda a comunidade de escravizados. Portanto, no começo do século XIX, pelo interior do Maranhão, nas fazendas que margeavam o rio Itapecuru grandes proprietários com mais de 200 escravizados tinham dois barbeiros, ao menos.

Indivíduos que escravizaram uma grande quantidade de pessoas, como é o caso do Capitão Antonio José de Sousa, que teve como propriedade uma quantidade de 535 escravizados, tinha três especialistas na preparação e cuidado de barbas.

Imagem 4: Representação de barbeiro cuidando de cabelo



Fonte: AI-pro, 2025.





C c

Cabelereiro

Escravizados que poderiam trabalhar com o corte de cabelo eram outros negros de suma importância para o cuidado da apresentação, para além dos barbeiros. Entretanto, enquanto barbeiros eram homens que cuidavam da beleza e estética masculina, cabeleireiros poderiam ser homens e mulheres e cuidavam de homens e mulheres.

Na Europa, os cabeleireiros estavam relacionados aos diferentes cortes dos senhores de elite, da nobreza e burguesia europeia. No Brasil, em geral, o cabelereiro era direcionado a uma prática necessária de corte de cabelo dos escravizados e escravizadas e acumulava, assim como os barbeiros, atividades de curandeirismo. Entretanto, sua maior responsabilidade era em cuidar da aparência das pessoas do mundo colonial.

No geral, escravizados cabeleireiros eram essenciais para cuidar de senhores das grandes

fazendas e seus escravizados, com intuito de manter o zelo e aparência mínima do plantel dos senhores e na área urbana eles poderiam ter seus serviços ofertados para terceiros.

Na ribeira de Itapecuru, o escravizado crioulo Ignácio era um homem de 20 anos, cabeleireiro, que cuidava do corte dos senhores da fazenda e de mais de 200 escravizados do senhor Felipe Marques da Silva. Essa atividade sanava uma necessidade básica do senhor que precisaria arcar com os gastos de corte de cabelo dos escravizados. Além de homens cabeleireiros, também encontramos mulheres cabeleireiras como a escravizada Rozaria Crioula do proprietário Bernardo José Pereira que cuidava da família do senhor e dos trinta e cinco escravizados do plantel.

Imagem 5: Cabelereira preparando materiais para corte de cabelo



Fonte: Al-pro, 2025.



Cadete

No período colonial e imperial, as corporações militares estavam em gestação. Os cargos mais altos da hierarquia eram ocupados por médios e grandes proprietários, pessoas poderosas, portanto, os cargos mais baixos eram formados por pessoas pobres, sem moradias ou até mesmo prisioneiros. Nesse meio, aparece a ocupação de Cadete. Cadete é um cargo baixo para um aspirante ao serviço militar. Os senhores e grandes proprietários, como forma de honrar seus compromissos com as milícias coloniais e fugir do serviço militar, apresentava seus escravizados para lhe substituir.

É o exemplo de João, africano de Angola, cadete, 35 anos que era casado com Rita, africana de Mandinga. Sempre que necessário ele era convocado para representar seus proprietários, quando não estava na guarnição ele fazia a segurança da fazenda de D. Francisca Maria Belfort.

Claro que ser cadete entre escravizados era algo raro, boa parte dos escravizados que

adentraram a organização militar eram obrigados a serem soldados ou marinheiros. No caso dos cadetes, uma função melhor, mas ainda na base da hierarquia e que aspiravam por crescer na organização é provável que tivessem alguma relação de afetividade com seu senhor ou que fossem até filhos bastardos destes.

Imagem 6: Representação de cadete



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Calafate

Ofício náutico exercido em embarcações marítimas e fluviais ou em estaleiros improvisados pelo decorrer dos rios do mundo colonial. O escravizado calafate foi extremamente importante para a construção de embarcações para a movimentação em todo o mundo colonial. Esses escravizados construía e reparavam diferentes embarcações.

Este ofício era sobretudo usado na vedação de embarcações, muito importante para o período da expansão ultramarina e avanço pelo interior da América Colonial. Nos dias de hoje acontece com o uso de soldas nas grandes placas que revestem o casco, mas nos períodos coloniais e imperiais era vital para a vedação das frestas existentes entre as madeiras que selavam os cascos das embarcações.

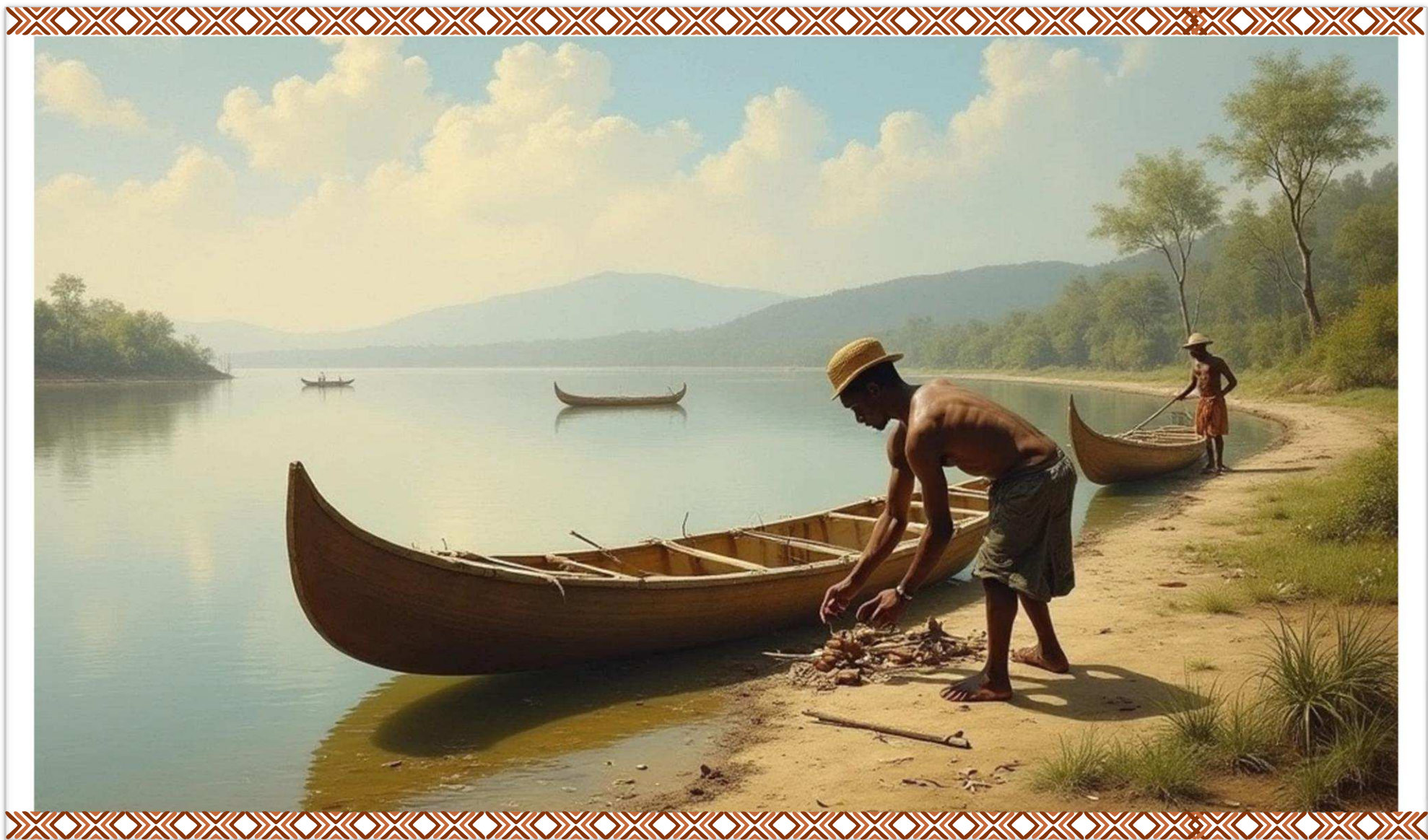
O escravizado calafate usava já um conhecimento africano, melhorado e reestruturado junto às culturas indígenas para vedar e lacrar buracos e fazer com que embarcações pudessem

flutuar. Usavam o algodão rústico da produção algodoeira maranhense com as resinas retiradas das árvores locais e vedavam as embarcações para que conseguissem flutuar.

Uma fazenda no Itapecuru, região no leste do Maranhão, mantinha em 1813 o escravizado crioulo de 30 anos, Manoel Peres, já um adulto experiente na construção e conserto de navios. Manoel havia sido comprado em Salvador, na Bahia, com a intenção de construir e consertar embarcações.

João Calafate, crioulo de 38 anos, por sua vez, consertava e construía pequenas embarcações como uma forma de ganho comercial para o pequeno proprietário Francisco José, em 1805. João Calafate cavava nos sulcos de troncos largos e incrementava embarcações que construía com outras madeiras, incrementando com instrumentos e acessórios. João representava o principal ganho de seu senhor com o aluguel de seus serviços para terceiros.

Imagem 7: Calafates reparando canoas à beira do Itapecuru



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Canoeiro

Escravizado responsável pela condução de embarcação pequena e simples de peça única de madeira cavada, podendo, a peça, também ser chamada de Almadia, embarcação africana alongada e usada em expedições e até em guerras. Na América, a canoa foi muito usada na navegação fluvial e costeira próxima e era muito comum por todo o continente. Ao ponderarmos que pequenas embarcações eram os principais veículos na movimentação colonial e imperial, iremos imaginar a preponderância dos canoeiros como pilotos essenciais desse mundo.

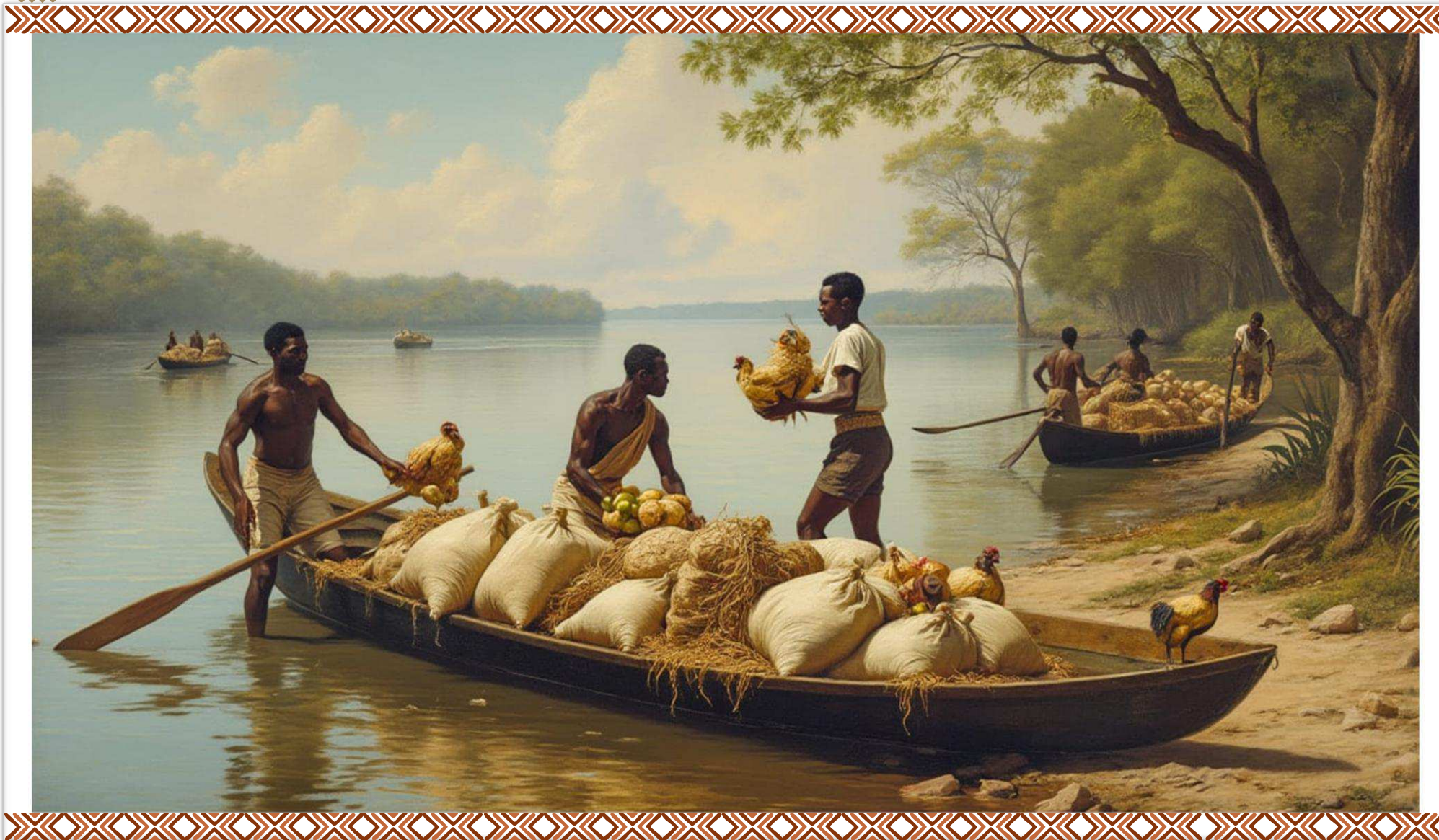
Nesse sentido, os canoeiros foram uma das principais ocupações exercidas pelos escravizados homens pelos rios do Maranhão, Pará e Piauí. Era uma atividade vital para as navegações nos rios das diferentes capitanias, o Mearim, o Itapecuru, o Amazonas, o Parnaíba e o Acaraú.

Era ofício, prioritariamente, exercido por indígenas, havendo inclusive oficiais canoeiros

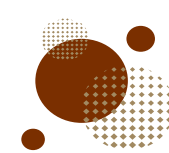
ameríndios por toda a extensão do Pará e Amazonas. No Maranhão também havia indígenas escravizados ou indígenas libertos prestando serviço pela extensão dos rios maranhenses.

Entretanto, desde começo do século XVIII, os escravizados negros começaram a ocupar várias funções pelo interior da capitania maranhense, substituindo os indígenas, sobretudo, nas principais vias de movimentação e escoamento colonial. Foi assim que escravizados canoeiros negros se tornaram uma ocupação constante pelos rios da capitania ao movimentar produtos e pessoas pelos rios, inclusive ofertando caças, coletas e colheitas, acionando novas maneiras de ganho para seu senhor. Funcionando como escravos particulares, importantes para a locomoção familiar, mas também para a movimentação de terceiros, servindo como negros de ganho para seus senhores.

Imagem 8: Canoeiro preparando mercadoria em embarcação



Fonte: Al-pro, 2025.





Capina

Escravizados do serviço de roça e da limpeza da roça. Eram os escravizados mais comuns na lógica da escravidão e, especialmente do Maranhão, eram também chamados de “escravos do eito”.

Eram aqueles que limpavam novos espaços para abrir campos para a plantação, escavavam diques para a irrigação, preparavam o plantio e abriam caminhos para o escoamento dos produtos por vias de acesso terrestre. Portanto, a capina era um serviço sem muita técnica, trabalho eminentemente braçal que poderia ter somado a ele, atividades do plantio e colheita, bem como estocagem e ensacamento da produção agrícola.

Eram, em sua maioria, escravizados homens, raríssimas mulheres escravizadas se apresentavam às atividades de capina, ao exemplo da menina Maria Rosa Crioula que, em 1814, tinha 10 anos de idade e acompanhava a família para aprender as atividades da roça.

O preço deles poderia variar muito, dependendo de saúde, idade, conhecimento técnico sobre a produção de diferentes produtos, como a construção de diques para o plantio de arroz, ou, ainda, as lógicas do plantio de diferentes gêneros. Os escravizados poderiam ser de qualquer parte da África, como Benedito Mandiga de 30 anos, que valia 150 mil reis, ou, Caetano Angola de 28 anos que valia 250 mil reis. Eles também poderiam ser crioulos, escravizados nascidos na região do Maranhão e proximidades, como foi o caso de Manoel Mulato que valia 60 mil, ou, ainda, Luíz Cafuzo, 35 anos, que valia 400 mil reis.

Imagem 9: Grupo em atividades de capina e limpeza



Fonte: Al-pro, 2025.





Carapina ou Carpinteiro

Eram oficiais escravizados dedicados a carpintaria, ao trabalho mais pesado com a madeira, identificação da árvore, derrubada, separação, corte e transporte e diferentes formas de trabalho sobre esta madeira. Indo desde trabalhos com o qual poderíamos construir casas até trabalhos em madeira para artesanatos.

Assim como o pedreiro, o carpinteiro era essencial ao mundo colonial e imperial, pois muitas das casas usavam estruturas básicas de madeira, e as grandes construções usavam madeira em toda sua plenitude, assoalhos, telhados e paredes. Madeiras eram usadas em construções simples como casas de taipa, mas, sobretudo, em casas de alvenaria, assim sendo os carpinteiros eram usados nos diferentes espaços do mundo escravocrata.

O valor desses escravizados estavam entre os maiores no final do século XVIII e começo do século XIX. Antonio Angola com 32 anos era oficial de carapina e valia 300 mil reis, Timoteo Crioulo com 30 anos valia 350 mil reis, Anacleto Cacheu com 36

anos, enquanto as outras ocupações valiam na faixa de 250 mil reis no mesmo período. Essa profissão estava em diferentes regiões da ribeira do Itapecuru, de São Luís a Caxias, os principais núcleos populacionais maranhenses no período.

Alguns Carapinas eram descritos como Carapinas de Machado, pois trabalhavam diretamente com a derrubada de árvores e o corte das mesmas para produzir ripas, calços e outros recortes de madeira como o senhor mulato, Jorge de 60 anos, que mesmo já idoso ainda custava 250 mil reis. Além disso, alguns poderiam ser descritos como Entalhadores, escravizados que não recolhiam diretamente as peças, mas poderiam trabalhá-las com o objetivo de construir artesanatos e construções mais específicas como o escravizado Antonio Mandinga de 40 anos que custava 250 mil reis.

Entre os Carapinas poderiam ter aqueles também habilitados na atividade árdua de serrar toras, recortá-las e separá-las. Serras e serrotes começaram a ser feitos em pequena escala no

começo do século XVIII, mas ainda eram difíceis de serem encontrados no mundo colonial.

O tempo de trabalho de um escravizado serrador era longo e penoso, mesmo que muito valorizado, era um processo artesanal no corte de torras, e muitas das vezes era uma atividade manual solitária ou de presença de um oficial negro e seu aprendiz escravizado. O escravizado Alberto Mandinga, de 65 anos, era um desses habilidosos trabalhadores que continuava a labuta e valendo ainda 200 mil reis, enquanto a maior parte dos outros escravizados desta idade perdiam importância e valor.



Imagem 10: Carapina entalhando imagem de São Benedito



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Carreteiro ou Boleiro

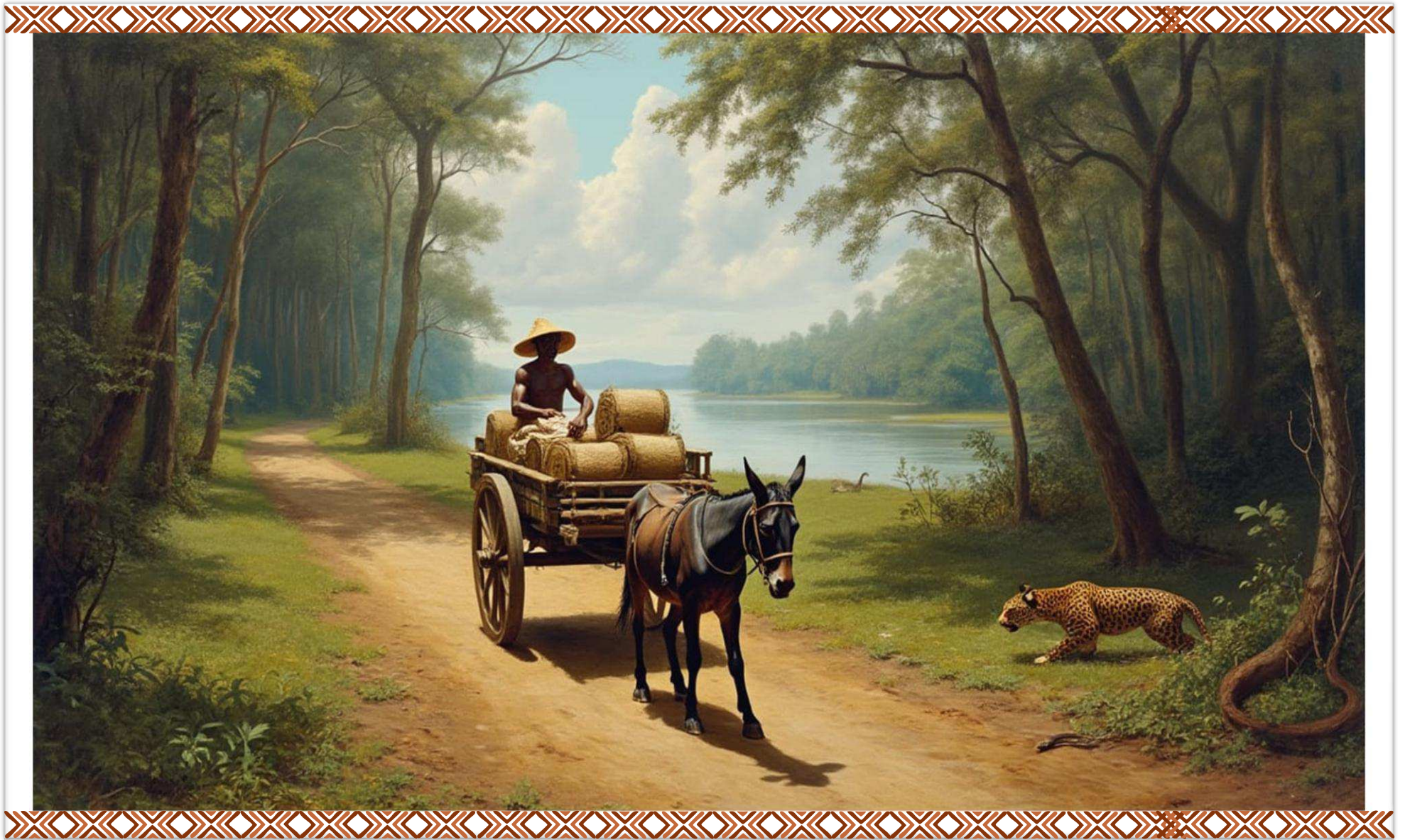
Em uma sociedade de grande produção de diferentes gêneros para exportação, vastas terras eram ocupadas por diferentes senhores e seus escravizados. Freguesias, vilas e cidades eram formadas como locais de moradia e entreposto comercial e trânsito. Esta produção era escoada, majoritariamente, por riachos, córregos e rios até o litoral e, em menor grau, por vias terrestres.

O transporte terrestre era demorado e perigoso, feito por rastros, veredas e vias incertas em transportes como liteiras e catres. Já as carruagens e, mais comuns, as carroças, eram guiadas pelos escravizados carreteiros e boleiros que podiam transportar produtos entre freguesias ou vilas, quando o transporte marítimo não era possível e enfrentando os problemas da mata fechada como onças, cobras, árvores caídas.

Inocência e João, eram ambos crioulos, nascidos no Brasil filhos de pais africanos, trabalhavam na Fazenda Guanaré, próximo da vila de Itapecuru Mirim, Maranhão. Esta fazenda além

de escravizados canoeiros, práticos e uma pequena tripulação para a navegação pelo rio, mantinha escravizados como carreteiros e boleiros que usavam os caminhos próximos ao rio para transportes de produtos dentro e próximo a região da vila. Era uma atividade que se repetia por todos os caminhos do Brasil colonial junto a rios para transporte de mercadorias vem carroças.

Imagem 11: Carreteiro conduzindo carruagem com mercadoria



Fonte: Al-pro, 2025.





Copeiro

O Copeiro era importante para a produção e serviço de bebidas e atendimento personalizado dos seus senhores e proprietários que precisavam de atendimentos mais personalizados, portanto corresponde às necessidades pessoais dos senhores e proprietários.

Portanto, frente às necessidades de mercado e comércio, o copeiro é uma ocupação com baixo mérito e apenas complementar ao cotidiano da sociedade escravista. Isso se deve ao caráter ocasional de sua ocupação, meio esporádico, sempre dependendo das vontades repentinas de seu senhor, mexendo com louças e no atendimento aos terceiros em um conjunto de atividades similares aos de mordomo.

Ele também manuseava louças, vidros, porcelanas e outras vasilhas do mundo colonial importantes para o manuseio e cuidado com

etiqueta na recepção de convidados e no trato social com terceiros.

Eram os copeiros que controlavam os mantimentos e sustentos de uma fazenda. Eles cuidavam do abastecimento e reabastecimento nas fazendas, controlavam as necessidades da família dos senhores e dos cativos negros nas fazendas.

Imagem 12: Copeiro servindo



Fonte: SeaArt AI, 2025



Costureiro/Costureira

No caso de fazendas com mais de cinquenta escravizados, os costureiros tornavam-se ocupações imprescindíveis para cingir e reparar roupas de outros escravizados evitando gastos excessivos na compra de novas vestimentas.

Poderia ainda produzir, roupas de algodão cru para os outros escravizados, como calças e bermudas, bem como poderia estilizar uma ou outra roupa. Assim sendo, era um ou dois escravizados por sítios e fazendas de escravizados, alguns grandes plantéis de escravizados poderiam ter dois ou três para colaborar na produção e restauro das vestimentas.

Dependendo do nível de especialidade e de idade, poderia acumular ocupações como de bordadeira, rendeira e engomadeira. Quanto maior a idade, maior a abrangência do conhecimento técnico sobre a manipulação de tecidos e o

aumento de interesse dos senhores sobre o seu trabalho manual.

A maior parte dos senhores com escravizados não possuíam costureiras, engomadeiras e bordadeiras, pois o interesse maior que senhores e proprietários possuíam era sobre a grande produção na lavoura. As atividades adjacentes ao trabalho na produção de mercadorias como de serviços que apoiavam ao funcionamento da produção, não possuem valor social e parecem insignificantes, entretanto, elas abastecem, desoneram e apoiam o funcionamento produtivo primário e doméstico.

Neste caso, as especialidades acumuladas mantêm uma relação direta com o empreendedorismo e necessidade dos seus senhores. A atividade de costureira era imprescindível, mas pouco valorizada pelos senhores. É importante destacar, que apesar de pouco valorizado, a necessidade de uso de vestimentas é algo extremamente importante para os senhores que precisavam vestimentas, 100, 200,

300, 600 escravizados. Portanto, ter um escravizado ou escravizada que costurasse e zelasse pela vestimenta dos escravizados era uma forma de diminuir gastos desnecessários.

As costureiras estão diretamente ligadas ao poder mantido pelas famílias, bem como ao empreendimento familiar destinado. Assim, quem possuía as costureiras eram aqueles que tinham grandes recursos familiares.

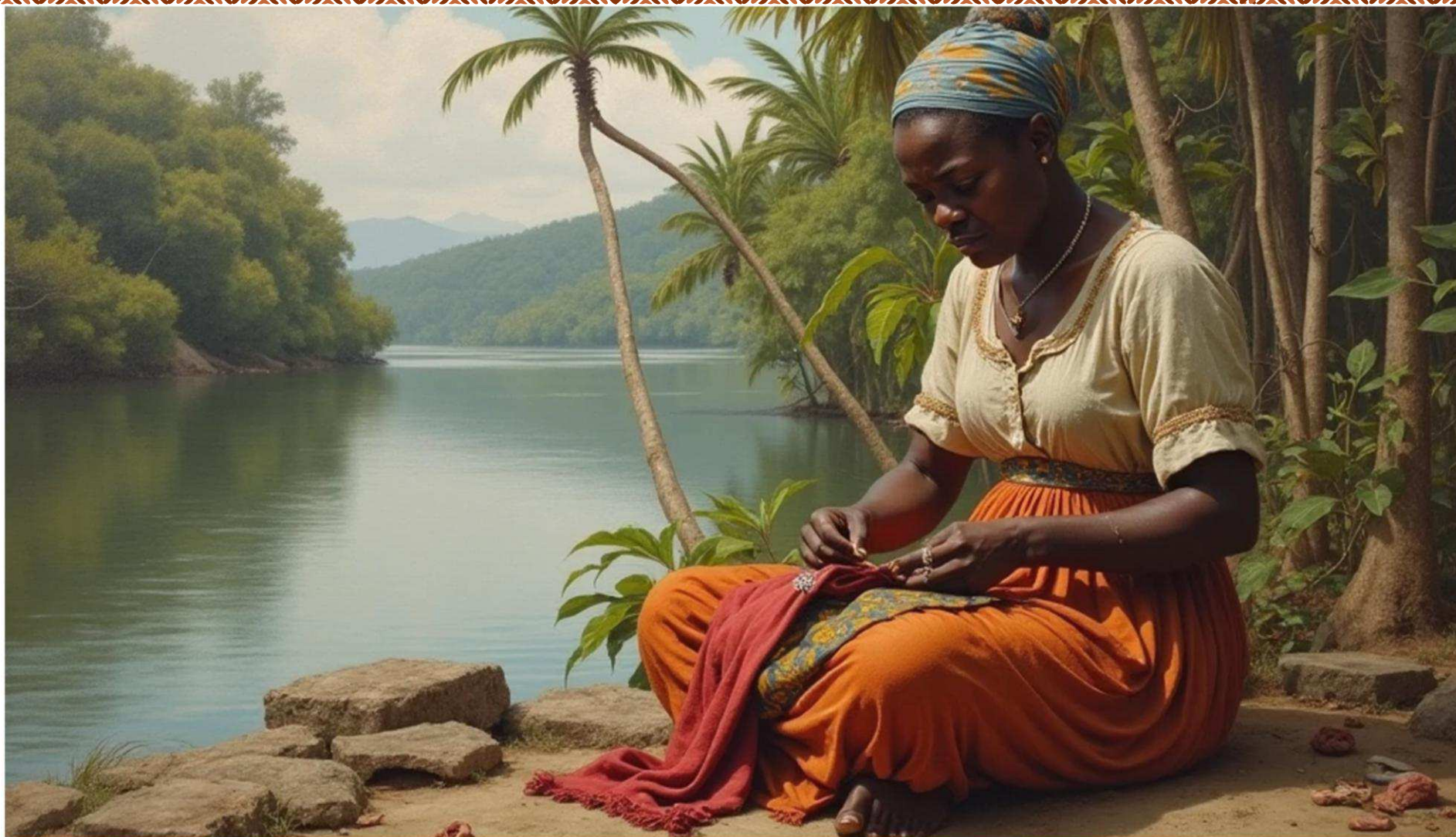
As costureiras estiveram presentes entre as grandes fazendas do interior sertanista da ribeira do Itapecuru. Foram fundamentais para o funcionamento da engrenagem e diminuição dos gastos. Entretanto, o acúmulo de função estética na confecção e acabamento apresentável do vestuário eram, sobretudo, preocupações dos maiores senhores da ribeira do Itapecuru.

Os grandes proprietários com 200, 300, 400 escravizados precisavam gastar com altas somas na compra de roupas para escravizados, ao mesmo tempo, as costureiras seriam as responsáveis por

estilizar roupas, restaurá-las e zelar pela perfeita apresentação pública dos senhores.

Eventos festivos como bailes, festejos religiosos, encontros sociais, por exemplo, necessitavam não só de boas roupas, mas da maneira de tratar os tecidos e como torná-los mais vistosos a percepção pública. Adereços, detalhes distintos e brasões diferentes que pudessem ser apresentáveis em vestimentas impecáveis eram não só lucrativos, mas representativos de uma economia simbólica, que ia para além de valores, mas construía significados e representações maiores.

Imagem 13: Jovem costureira costurando tecidos



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Cozinheiro/Cozinheira

Escravizados responsáveis pela preparação da comida, tanto para o senhor, quanto para os outros escravizados. Eram partes importantes e presentes em toda a parte do universo colonial e imperial.

Poderiam, inclusive, ser usados dentro dos navios negreiros preparando a ração básica que alimentavam os cativos na travessia. Sendo assim, existiam em todas as moradias de algum proprietário pelo Mundo Colonial. Além de trazer as influências gastronômicas de suas localidades de origem, tanto no que diz respeito ao uso de determinados ingredientes, quanto na preferência por determinados pratos.

Além disso, acompanhavam as lógicas locais, misturando seu conhecimento africano com preferências portuguesas e conhecimentos indígenas. Assim sendo, cozinheiros poderiam aprender e atualizar seus conhecimentos técnicos para agradar ao paladar de senhores e escravizados.

É importante afirmar que a atividade de alimentação era também uma atividade de lidar com

as dificuldades do cativo. Portanto, ao mesmo tempo que poderiam atenuar o sofrimento de escravizados ao lhes oferecer uma experiência de paladar que relembra sua ancestralidade, mas também por agradar aos senhores e diminuir qualquer ira, raiva ou vingança da parte dos senhores e senhoras de escravizados.

Podemos, ainda, destacar que nas fazendas haviam tantos escravizados cozinheiros, quanto escravizadas cozinheiras. A ideia de somente mulheres como mestres da cozinha, não correspondia à realidade, apesar de que no âmbito público, as cozinheiras se sobressaíam muito mais.

Não temos um perfil certo para o exercício do ofício na cozinha, mas é o conhecimento dos temperos, dos cortes das carnes e do uso dos vegetais que foram elementos essenciais para se manterem no âmbito da cozinha. Se tratava, por um lado, de agradar os senhores, por outro, de manter os escravizados bem nutridos para os dias de trabalho. Assim, sua proposta de trabalho era uma forma de vivência e sobrevivência das pessoas, mas representava, ainda, um perigo, pois os senhores se arriscavam com cozinheiros que poderiam lhes envenenar lentamente

Imagem 14: Cozinheiras em cozinha colonial



Fonte: SeaArt AI, 2025.





Dd

Doceiro

Escravizados que produziam doces, quitutes e quindins. Produziam parte dos doces a partir das frutas locais, apreendendo parte das técnicas de produção com os indígenas locais.

Assim, produziam bebidas para além da produção de aguardente ou tiquira, bebidas como licores das frutas locais como o caju, ou, ainda, podiam produzir compotas e doces de espécie, como o doce de coco que era assado em forno a lenha, criando uma casca crocante.

Assim, a doceira não era só cozinheira, mas especialista com o trato de frutas e seus produtos. Os produtos e derivados de frutas e doces poderiam ser tanto para o consumo local, quanto comercializados para outros locais como excedente, inclusive no tráfico de escravizados. Exemplo disso, aconteceu no Atlântico Sul, entre as regiões do Rio de Janeiro e Angola, com o ex-escravizado Alufá Rufino, um conselheiro espiritual muçulmano que usava o gosto dos angolanos por geleia para vender seus doces de

goiaba como elemento de troca e barganha por escravizados na região de Angola e proximidades, tornando-se ele mesmo um pequeno traficante do tráfico de escravizados no Atlântico.

Não temos certeza se o mesmo acontecia no Maranhão e circunvizinhanças, mas sabemos que fazia parte do comércio local, portanto, as doceiras poderiam ser também negras de ganho que faziam pirulitos e outros doces e os vendiam pelas ruas e caminhos de áreas urbanas.

Uma doceira e quituteira muito emblemática para a história do Maranhão foi Catarina Mina que conseguiu acumular capital, adquiriu poder e montou uma pequena rede de comércio e influência na capital do Maranhão.

Pelo sertão da capitania encontramos, ainda, Juliana Mandinga era uma dessas doceiras, que em 1816, tinha 38 anos de idade, mas já fazia compotas e diferentes doces há mais de 20 anos. Juliana era uma dessas mulheres de origem mandinga que muitos entendiam como feiticeiras na produção de balsamos, doces e comidas específicas.

Imagem 15: Doceira trabalhando na produção



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Feitor é uma figura controversa dentro do mundo colonial e imperial. Nos séculos XVIII e XIX, foi um crioulo que ganhou notoriedade e ascendeu dentro da comunidade de trabalho entre os escravizados no norte da América Portuguesa.

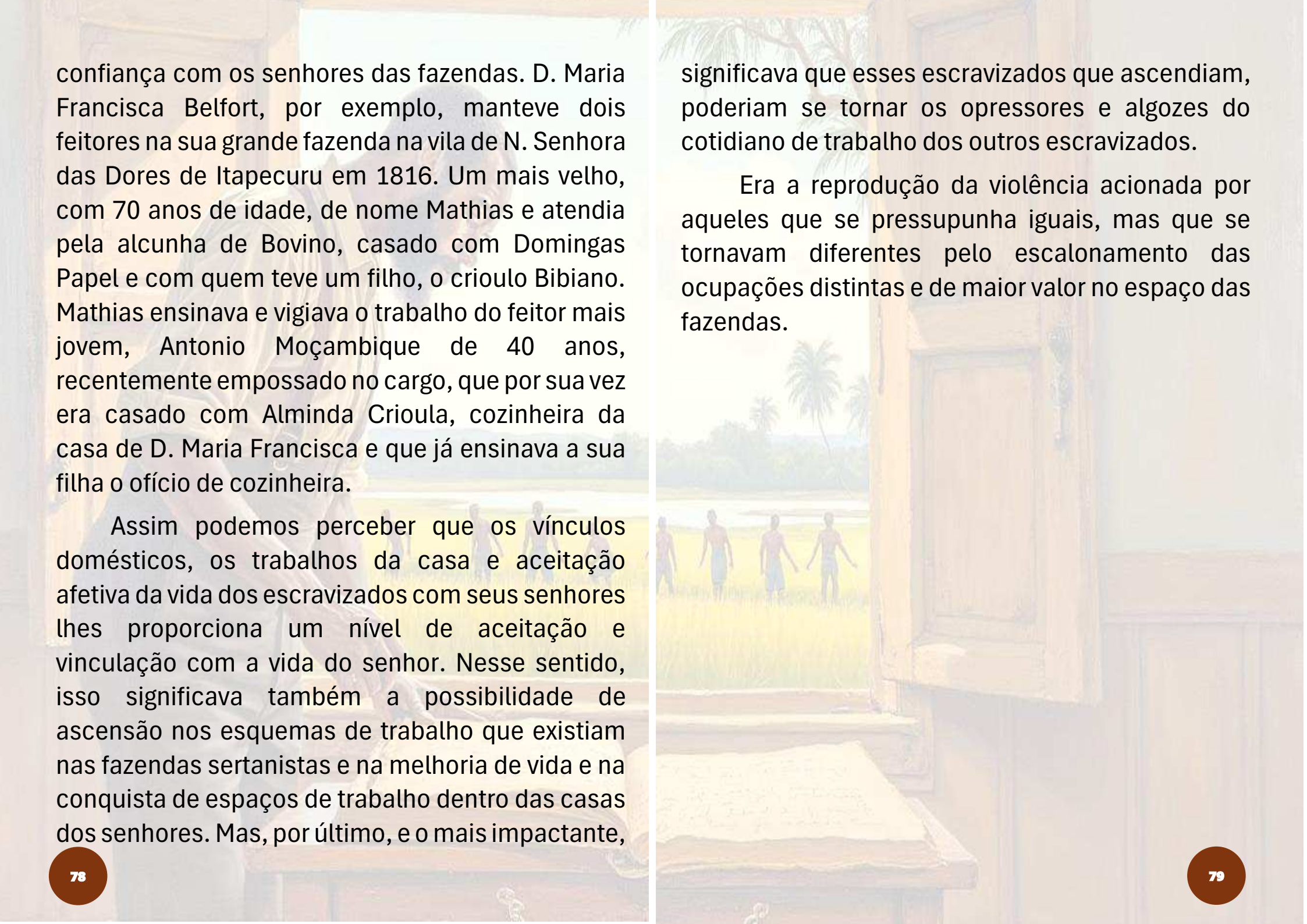
Ainda na formação do estado português, por volta do século XV e XVI, o feitor era aquele que mantinha a responsabilidade de fiscalizar os lucros e ganhos da coroa, tendo uma função de fiscal na cobrança de impostos. No decorrer da história Atlântica, o feitor foi, ainda, aquele responsável por feitorias na costa das colônias portuguesas, pela costa ocidental africana, ele administrava a feitoria, fiscalizava e intermediava o comércio e rendas adquiridas.

Isso serve de base para a definição de um sentido mais amplo na definição da ocupação de feitor nas fazendas do mundo colonial. Ao final do período colonial, o feitor deixou de manter um

sentido de fiscal da coroa, vigia das propriedades coloniais, para ser uma figura de administrador e negociador nas fazendas coloniais, acumulando o sentido de ser aquele que castiga e fiscaliza os outros escravizados, sendo ele mesmo um outro escravizado, no geral.

Muitos dos grandes proprietários do mundo colonial não residiam nas ribeiras dos rios onde mantinham grandes propriedades e acabavam repassando a responsabilidade de cuidar dessas fazendas a outros. Os senhores entendiam que escravizados eram poses que precisavam ser vigiados e controlados para evitar perdas senhoriais. Em virtude disso, escolhiam escravizados “confiáveis” ou indivíduos outros de confiança e passava a eles a responsabilidade por vigiar, fiscalizar e punir os escravizados da fazenda.

Os feitores das diferentes fazendas eram homens escravizados ou forros (escravizados que foram alforriados, ou seja, ganharam liberdade), acima dos 30 anos de idade, com relações de proximidade e que mantinham relações de



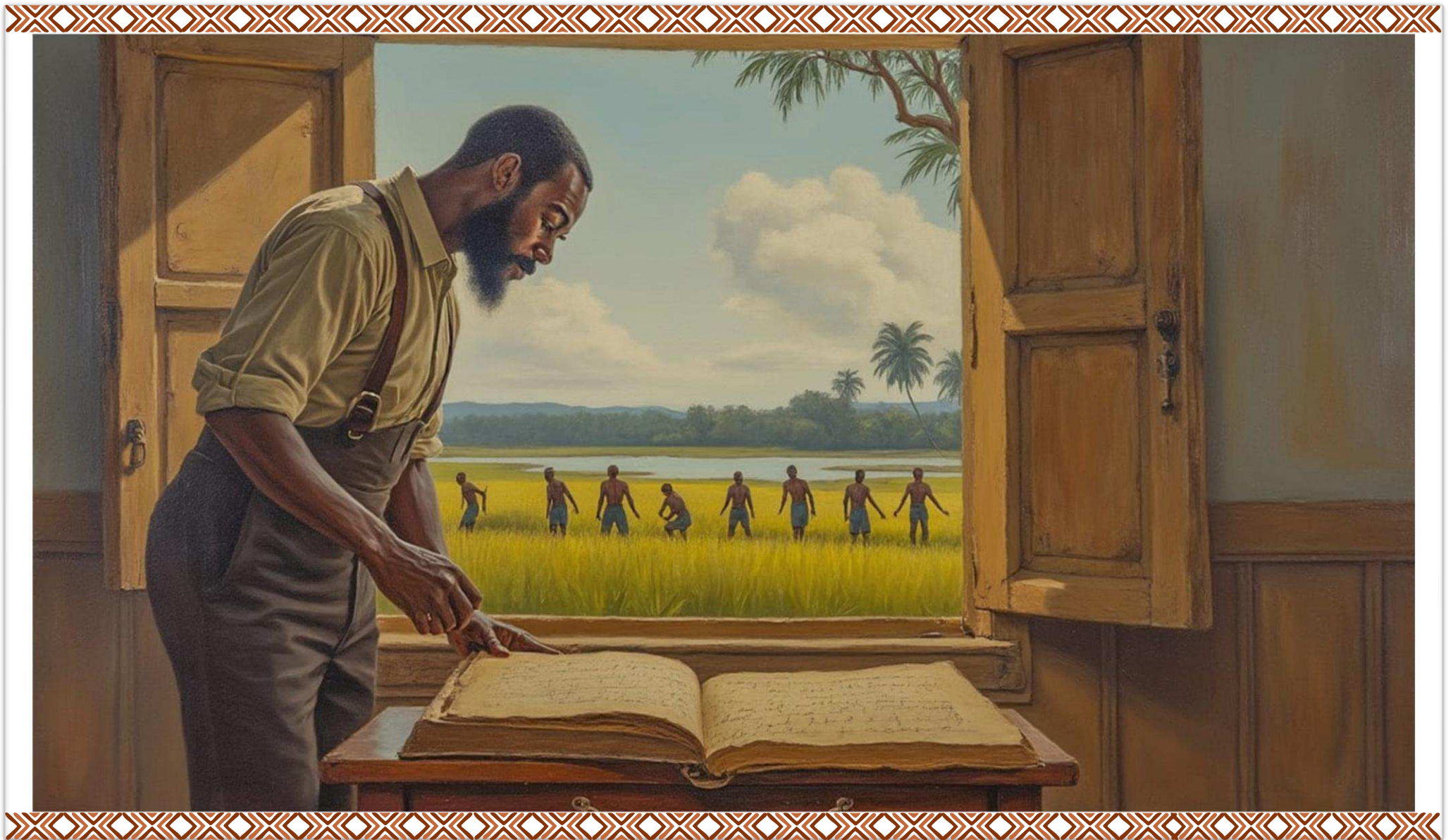
confiança com os senhores das fazendas. D. Maria Francisca Belfort, por exemplo, manteve dois feitores na sua grande fazenda na vila de N. Senhora das Dores de Itapecuru em 1816. Um mais velho, com 70 anos de idade, de nome Mathias e atendia pela alcunha de Bovino, casado com Domingas Papel e com quem teve um filho, o crioulo Bibiano. Mathias ensinava e vigiava o trabalho do feitor mais jovem, Antonio Moçambique de 40 anos, recentemente empossado no cargo, que por sua vez era casado com Alminda Crioula, cozinheira da casa de D. Maria Francisca e que já ensinava a sua filha o ofício de cozinheira.

Assim podemos perceber que os vínculos domésticos, os trabalhos da casa e aceitação afetiva da vida dos escravizados com seus senhores lhes proporciona um nível de aceitação e vinculação com a vida do senhor. Nesse sentido, isso significava também a possibilidade de ascensão nos esquemas de trabalho que existiam nas fazendas sertanistas e na melhoria de vida e na conquista de espaços de trabalho dentro das casas dos senhores. Mas, por último, e o mais impactante,

significava que esses escravizados que ascendiam, poderiam se tornar os opressores e algozes do cotidiano de trabalho dos outros escravizados.

Era a reprodução da violência acionada por aqueles que se pressupunha iguais, mas que se tornavam diferentes pelo escalonamento das ocupações distintas e de maior valor no espaço das fazendas.

Imagem 16: Representação de feitor administrando o trabalho



Fonte: Al-pro, 2025.



Ferreiro

Qualquer habilidade de construção de objetos e remodelagem com o uso do fogo era tido como uma habilidade de grande impacto para o mundo novo que se apresentava. Itens feitos de vidros, ferro e barro cozido era especialmente impressionantes para construção de diferentes itens, a modelagem do ferro era uma habilidade única, impressionante e essencial.

Mesmo no mundo colonial e imperial com uma arquitetura dominada por casas de taipas e utensílios de barro, a modelagem do ferro era apresentada como essencial para um grupo de pessoas com poder aquisitivo, eram vitais para a fabricação de acessórios decorativos e itens para a construção arquitetônica, mesmo nesse mundo dominado pelo barro. Era uma das ocupações essenciais entre os escravizados, tanto o era sua proeminência que os valores de escravizados ferreiros eram os mais altos entre outros, dado a especificidade do trabalho e a importância do uso do ferro.

É importante destacar que nas sociedades africanas ocidentais, os ferreiros tinham uma notoriedade importante, sobretudo, por se acreditar que suas habilidades poderiam ser mágicas, ao moldar um elemento extremamente resistente, sobretudo entre os “mandingas” da África Ocidental. Isso não se limitou aos africanos, vários europeus ficavam encantados com as habilidades dos negros africanos em modelar o ferro para a confecção de diferentes itens.

Felix Mulato, por exemplo, era um escravizado de 50 anos em 1805, já com sérios problemas de saúde, classificado como “quebrado” pelos avaliadores da época e mesmo assim era o escravizado mais caro do Coronel Antonio Gomes de Sousa, com o valor de 600 mil reis. Felix Mulato orientava um “aprendiz de ferreiro”, o africano Jeronimo Cacheu de 25 anos, que mesmo ainda no começo do seu ofício foi avaliado em 300 mil reis, sendo o segundo maior valor entre os escravizados do coronel. Isso evidencia a importância desses escravizados entre outros tantos e de como os senhores estavam dispostos a pagar altas somas por escravizados com esse tipo de conhecimento específico.

Imagem 17: Ferreiro forjando metal



Fonte: Al-pro, 2025.





Gg

Ganhador

A ocupação de ganhador mantinha “ganhos” para os senhores de escravizados na sociedade colonial através dos serviços prestados pelos escravizados ou do que comercializam em vias públicas, ou, ainda, pelo arrendamento ou aluguel de escravizados para atividades públicas. Portanto, os escravizados de ganho representavam ganhos adquiridos através da oferta de seu trabalho na sociedade.

Os serviços eram os mais variados e imagináveis possíveis. Na realidade, boa parte das ocupações e ofícios previstos neste dicionário poderiam ser de escravizados de ganho. A costureira que cosia uma roupa para outros, a cozinheira que preparava pratos específicos, o ferreiro que ofertava as peças que fabricava, o carapina que trabalhava a madeira, a ama de leite que amamentava os filhos das senhoras e muitos outros.

O escravizado de ganho era assim uma forma de ganho do senhor sobre a profissão, ocupação ou ofício do escravizado. Muitas das vezes esse escravo poderia ser completamente autônomo nas negociações com o senhor. Este escravizado poderia combinar a entrega de produtos ou “ganhos” adquiridos diretamente para o seu senhor. Escravizados de ganho em Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, poderiam nem residir nas casas de seus senhores, alugavam moradias particulares no centro da cidade e ali moravam enquanto escravizados.

Portanto, a liberdade destes indivíduos no cotidiano dos centros urbanos poderia ser mais expressiva do que se esperava para os escravizados. Em grandes centros urbanos poderia se perder o controle sobre a vida de seus escravizados e poderiam acabar fugindo. As fugas de escravizados de ganho poderiam ser punidas, por exemplo, com as chamadas gargalheiras, que eram usados nos pescoços das pessoas escravizadas com o objetivo de evitar novas fugas.

Imagem 18: Representação de escravizados de ganho na São Luís, séc. XIX.



Fonte: Al-Pro, 2025.





Gomadeira/Engomadeira

A ocupação de gomadeira era uma atividade, em grande medida, doméstica e de amplo atendimento aos diferentes grupos sociais de um local, mas, sobretudo, cuidava das roupas dos senhores.

A gomadeira cuidava das roupas, após a lavagem, retirava estrias e esticava as roupas com o uso de um ferro de gomar e de goma da fécula produzido a partir da mandioca. Se jogava pequenas quantidades da goma umedecida sobre o tecido e passava o ferro de gomar aquecido.

Os tipos de ferro de gomar poderiam ser dois. O dito Ferro de Estufa que eram de ferro maciço e aquecido no fogo ou o Ferro de Caixa, uma pequena caixa de ferro que poderia receber pequenas quantidades de carvão em brasa.

Era, sobretudo, uma atividade necessária para as roupas de linho de cânhamo ou similares, mais usados pelos senhores, mas, ainda, poderia cuidar

das roupas dos escravizados. As roupas de dias de festas ou dias de santo, deveriam estar bem arrumadas.

Podia-se desmerecer e banalizar essa ocupação, mas em grande medida ela tinha uma importância social, pois cuidava da aparência desses senhores e de sua apresentação na sociedade em períodos festivos.

Por estar muito vinculado à função de lavagem e cuidado das roupas, é capaz que acumulassem outras ocupações concomitantes como costureira e bordadeira, caso da Eufrazia Crioula de 40 anos e sua jovem companheira de trabalho, Marinha, de 20 anos, africana de Caxeú, região de Guiné Bissau. No geral, esses trabalhos eram então organizados por uma senhora escravizada mais velha, na faixa dos 40 anos, e acompanhado por uma escravizada menor de idade.

Imagem 19: Mulher (em)gomando roupas com ferro à brasa



Fonte: SeaArt AI, 2025





Hh

Hospitaleiro

A ideia de uma ocupação “hospitaleiro” parece estranho dentre as atividades exercidas por escravizados. A palavra hospitaleiro, conforme os dicionários atuais, é do indivíduo que “hospeda por bondade ou caridade”, mas para além disso, hospitaleiro pode ser também “aquele que cuida dos doentes”.

É extremamente raro a ocupação de hospitaleiro entre os escravizados e é difícil especificar a função, dimensão ou prática exercida por este escravizado. Entretanto, ao que parece, ele funcionava como um curandeiro e boticário, um escravizado que aplicava ervas e cuidava dos doentes.

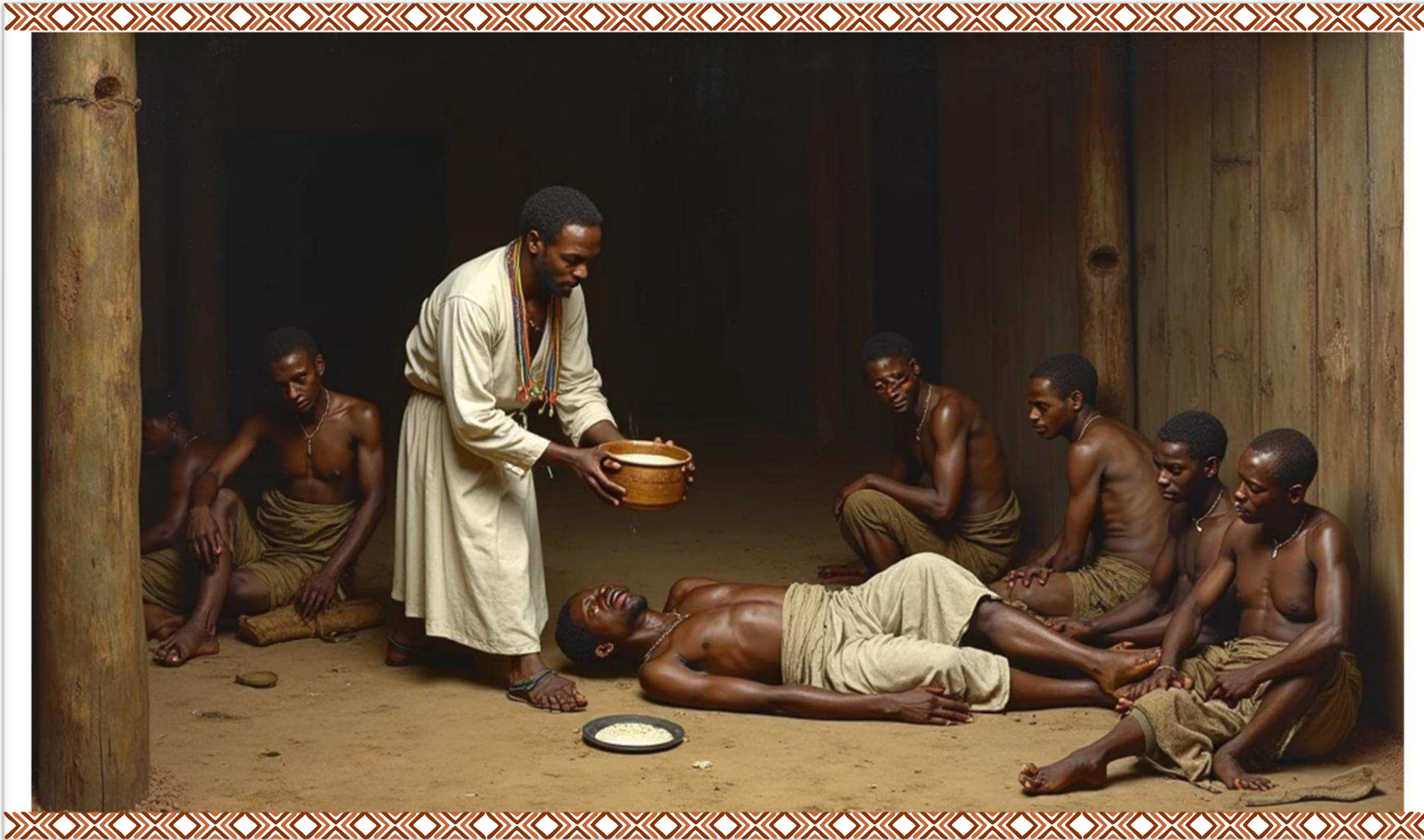
Ele mantinha o cuidado sobre os outros escravizados, tratando-os de problemas de saúde ordinários e evitando contágios dentro do plantel de escravizados. É provável que usasse também elementos de espiritualidade e crenças que envolviam conhecimentos africanos e indígenas. Portanto, entre os escravizados pode ter acumulado sentidos relativos ao exercício da religiosidade afro.

Um desses era o escravizado Ignácio Balanta, um senhor de 65 anos, que já havia passado por várias

funções e atividades na fazenda da família Belfort na Vila de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru. Ignácio era um senhor simpático, e tinha aceitação da família do Coronel João Belfort e da comunidade de escravizados que fazia parte na fazenda. Além disso, ao final da vida dele já conhecia ervas, infusões e bálsamos com os quais poderia tratar as doenças e problemas de saúde física e espiritual.

Portanto, o objetivo dos senhores ao manter um escravizado “hospitaleiro”, é manter a saúde básica dos seus escravizados, evitando pedê-los para doenças, males e contágios que pudessem aparecer. Sem médicos e cuidados simples, pequenos males e viroses poderiam prejudicar a comunidade escravizada da fazenda de João Belfort ou de qualquer localidade do mundo colonial. Este e outros senhores e proprietários pretendiam evitar prejuízos e dar função para escravizados pouco produtivos, pois escravizados como Ignácio não estavam mais em idade produtiva, mantendo uma relação afetiva e paternalista com seus escravizados.

Imagem 20: Hospitaleiro oferecendo medicamento à feridos



Fonte: SeaArt AI, 2025.



LI Lavadeira

No mundo colonial no qual a lida era constante e castigava as vestimentas tanto dos senhores e, especialmente, dos escravizados, o cuidado precisava ser constante. A escravizada lavadeira cuidava de todas as roupas, inclusive das vestes dos escravizados, obrigações diárias e de alta volume.

Na ausência de espaços como lavanderias onde pudessem praticar a lavagem como nos dias de hoje, as escravizadas lavadeiras iam aos poços, fontes e rios, aos exemplo dos rios São Francisco, Paraíba e do Itapecuru. Por todas as margens do Rio Itapecuru haviam pontos onde se concentravam escravizadas negras ou de ascendência indígenas para a lavagem dos tecidos de seus senhores e escravizados, pontos que não eram só para o trabalho duro de lavagem que envolvia muita batida das roupas molhadas contra pedras, mas era, também ponto de encontro e conversa com outras escravizadas ou trabalhadores livres.

Angélica Crioula, de 30 anos, comandava um grupo pequeno de escravizadas que cuidavam das roupas de seus senhores e dos 124 escravizados da Fazenda Palmeira Torta em Itapecuru. Assim, esfregavam frutas

cítricas, óleos e outras substâncias e batiam as roupas nas pedras do rio, enquanto conversavam e exerciam seus trabalhos. Era um cotidiano que temos dificuldade de dimensionar mas as manchas na roupa poderiam dizer muito sobre os outros escravizados e, principalmente, sobre seus senhores e sua vida íntima através de odores e marcas nos tecidos.

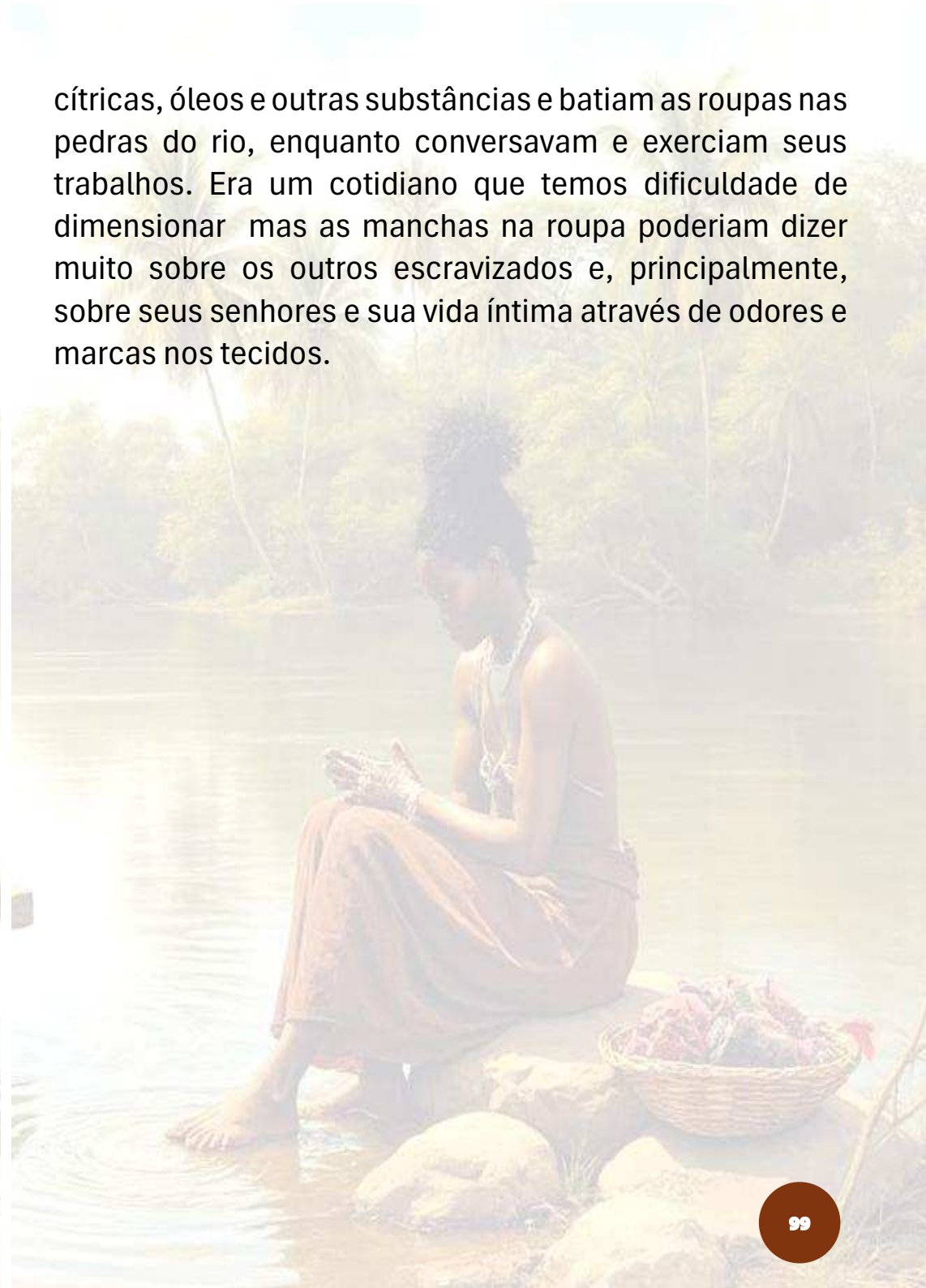
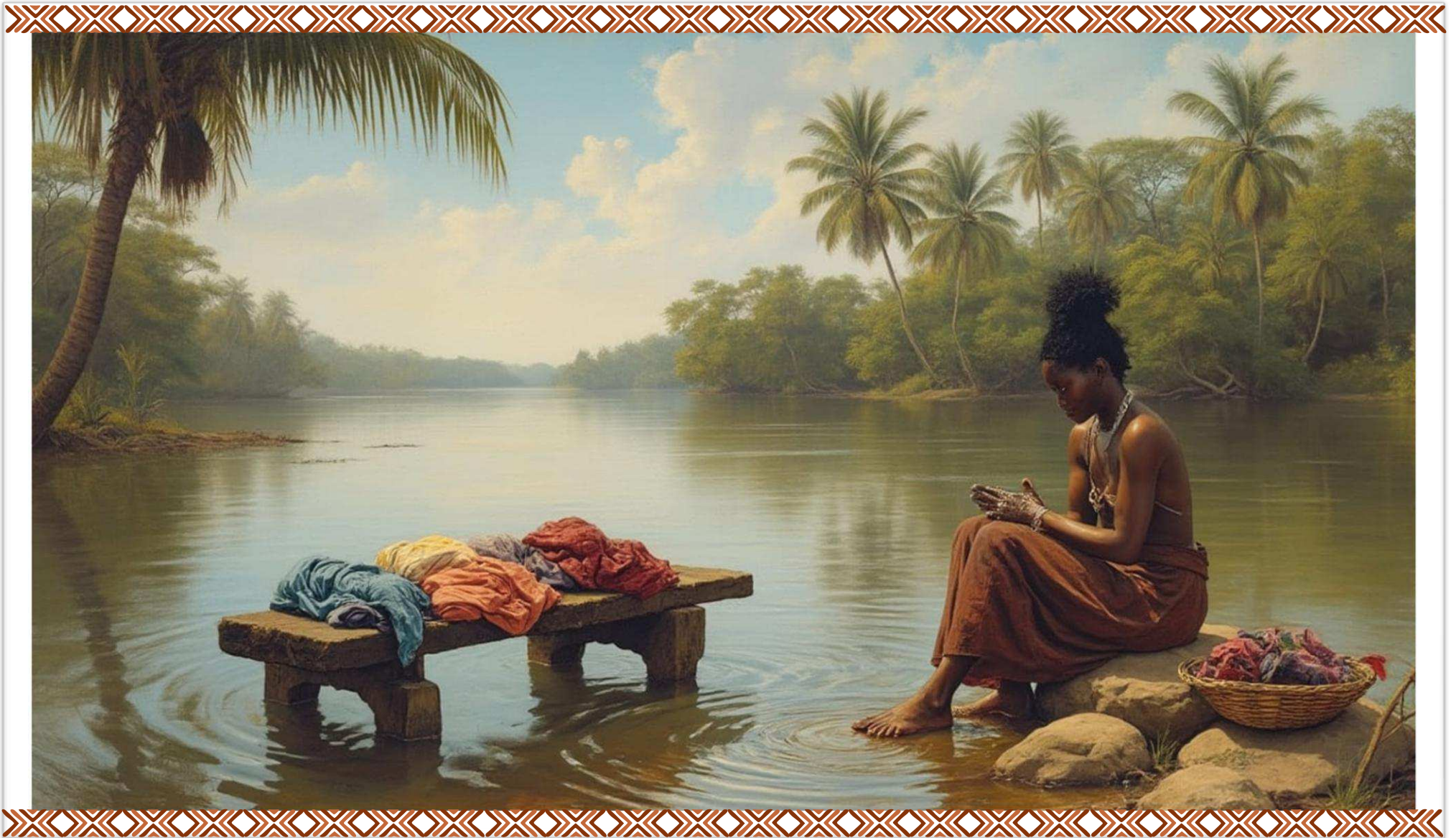


Imagem 21: Jovem lavadeira na beira do Itapecuru



Fonte: AI-Pro, 2025.



Mm

Marinheiro

Marinheiro era uma ocupação de escravizado que trabalhava em embarcações, sejam elas militares ou mercantes, ou até do tráfico de escravizados, ocupando atividades que iam desde limpeza, até troca de velas e orientação fluvial e marítima.

A atividade demonstra a expansão e alcance das práticas de escravizados no mundo colonial e imperial até a abolição em 1888. Escravizados poderiam ir para outra capitania aprender um ofício, poderia sair para cobrar dívidas para seu senhor, poderiam passar dias inteiros fora da residência do seu senhor ofertando serviços para terceiros e, portanto, poderiam ser também marinheiros.

A atividade de marinhagem consistia em navegar por diferentes territórios e extensões na carreação de produtos e prestando serviços em embarcações. A fazenda Guanaré ofertava diferentes serviços náuticos pelo rio Itapecuru,

inclusive mantinha um marinheiro escravizado que atendia pelo nome de Francisco, de nação Angola e que já transitava pelos diferentes portos e paradas do rio em 1813. Mesma situação na qual se encontrava o escravizado marinheiro Benedito, de nação Mandinga, e que era posse do tenente coronel Francisco Bulhão que ganhava com seu escravizado que navegava em uma pequena embarcação sua.

É importante destacar que a famosa Revolta da Chibata que aconteceu em novembro de 1910, no Rio de Janeiro, foi organizada por indivíduos de cor que reclamavam do tratamento violento feito com chicotadas aplicadas pelos brancos de patentes mais altas. Parece que as práticas de castigo contra marinheiros ainda se repetiam, práticas exercidas contra escravizados de marinhagem dos períodos coloniais e imperiais. Os abusos da sociedade escravocrata parecem ainda ter se repetido após a abolição.

Imagem 22: Representação de marinheiros em atividades náuticas



Fonte: AI-Pro, 2025.

O Escravizado Oleiro era especialista na modelagem do barro para a produção de diferentes itens para o cotidiano da vivência colonial e imperial entre os séculos XVI e XIX, bem como para as construções arquitetônicas gerais. Sendo assim, o Escravizado Oleiro era responsável pela produção da maior parte dos itens arquitetônicos e essenciais para a vivência, tais como panelas, cumbucas, vasos, tigelas, canecas, potes de barro e, especialmente, telhas e tijolos

Inúmeras fazendas pelo interior do estado abriam caminhos, montavam pequenos portos de conexão com as principais vilas pelos rios e mantinham oleiros que procuravam terrenos com barro. Os escravizados oleiros retiravam argila para a produção de itens necessários ao espaço doméstico e a construção de telhas e tijolos para a edificação de moradias, moradas e meia morada, nas áreas urbanas ou para a construção das

grandes casas das fazendas, pois as senzalas ainda permaneceriam com suas coberturas de palha.

Assim, o escravizado oleiro não era só um artesão capaz de modelar o barro, mas aquele que reconhece terrenos, desenvolve técnicas de cozimento, secagem e uso do barro. A modelagem de telhas ou a produção de tijolos de lama secados ao sol, ou, ainda, a produção de tijolos cozidos em fornos construídos pelos próprios oleiros, faziam parte de suas funções.

Logo, a produção de itens de barro por escravizados oleiros sustentou toda a construção das moradias dos senhores e, ainda, sua estética doméstica, sua ambiência. Dois exemplos foram os oleiros Luís Mulato e Raimundo Crioulo, homens entre 30 e 40 anos, nascidos no Brasil, que tinham pequenas oficinas nas casas de seus senhores em Caxias de Aldeias Altas. Oleiros eram artífices para a construção civil dos médios e grandes proprietários e para a comercialização de itens que produziam para as freguesias próximas a moradia de seu senhor no mundo colonial.

Imagem 23: Representação de um Oleiro manuseando peça de barro



Fonte: SeaArt AI, 2025.

Já que o ofício de “Oleiro” era vital para a produção de objetos e espaços de moradia pela capitania, o pedreiro foi aquele que construiu as moradias dos senhores com o uso de artifícios e itens no levantamento de novas construções.

Era o pedreiro que levantava as construções com os diferentes tijolos e telhas produzidos pelos oleiros, ou, simplesmente, levantava algumas casas de taipa, pequenos armazéns e espaços de trabalho feitos de taipa em cada uma das fazendas, sítios e chácaras juntos aos rios.

Entretanto, o pedreiro não usava apenas tijolos, telhas, pedras e madeiras disponibilizados por outros escravizados com suas ocupações e técnicas específicas, ele também tinha suas técnicas e produções próprias.

Era o pedreiro que conhecia as melhores estratégias para a fundação das moradias, na

construção do baldrame e no nivelamento da base e na formação de colunas necessárias para a solidez das moradas. Além disso, ele conhecia as estratégias na aplicação das argamassas que poderiam ter óleo de liga de baleia ou cinzas de casca de arroz que ajudavam na secagem rápida e na durabilidade e impermeabilidade da construção.

Esse amplo conjunto de técnicas específicas tornavam o escravizado pedreiro a segunda maior ocupação de escravizados em ofícios especiais que mais se repetia, atrás apenas do ferreiro. Alguns eram entendidos como mestres, oficiais e ainda possuíam aprendizes.

É interessante perceber que quase todos os pedreiros identificados na capitania do Maranhão eram africanos e formaram suas técnicas de construção ainda em África. Esses africanos, portanto, construíram o patrimônio arquitetônico que existem até os dias de hoje.

Imagem 24: Representação de um escravizado Pedreiro



Fonte: AL-Pro, 2025.



Pescador

Alimentação é essencial para a sobrevivência e qualidade de vida das pessoas pelo decorrer da história. No mundo colonial as formas de alimentação eram pouco convencionais, quando comparadas ao mundo ocidental europeu, sobretudo, quando comparamos a vivência sertanista e interiorana do Brasil colonial.

Reinavam as ditas “caças” no cotidiano que iam desde pequenos animais como tatus e cutias até alguns maiores como veados, raposas e onças. A carne de gado era extremamente onerosa e distante da maior parte dos habitantes dos interiores coloniais.

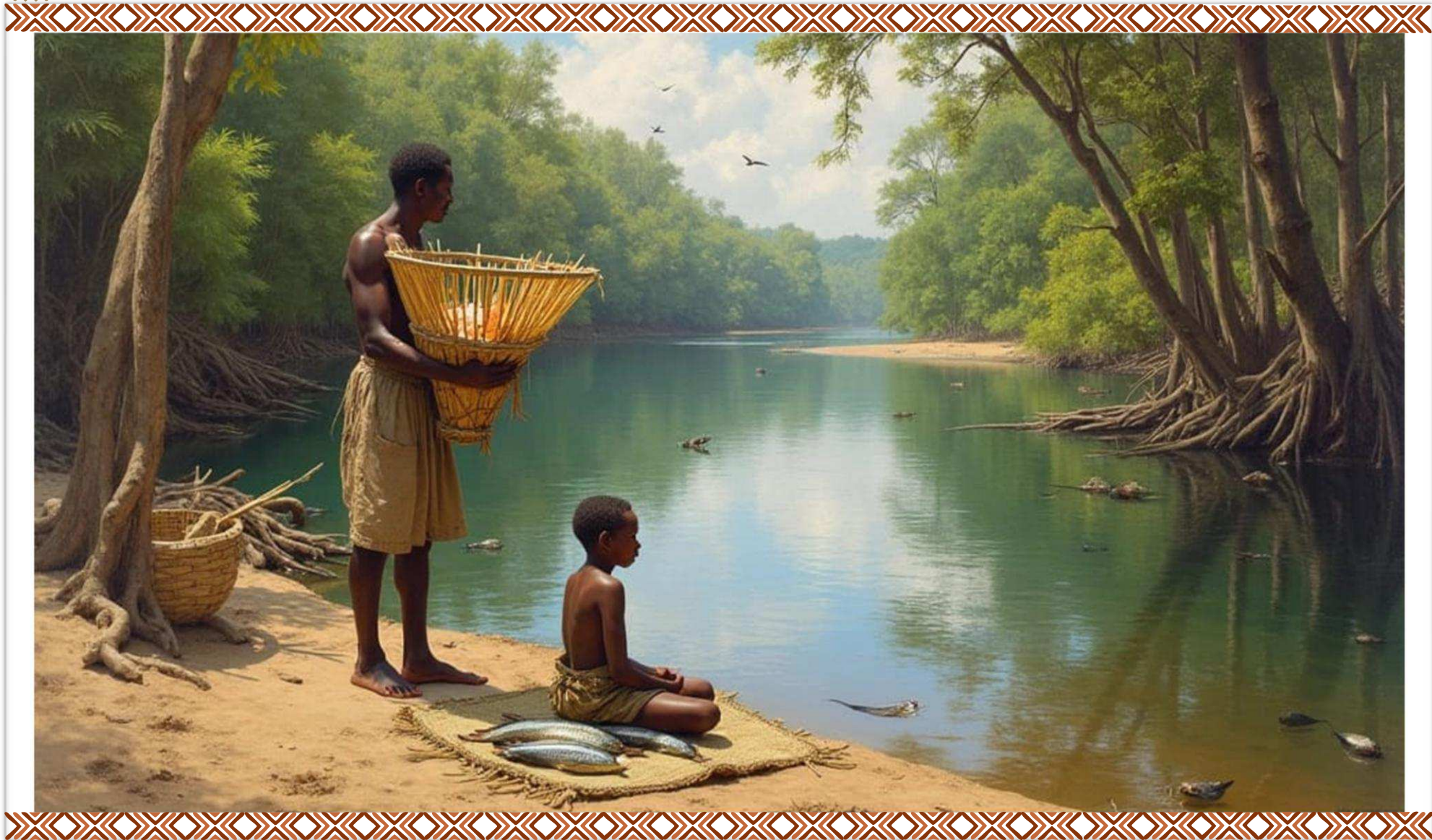
Uma saída para a boa alimentação era o peixe, abundante nos diferentes rios e na costa. Escravizados que pudessem pescar, seja através de pequenas armadilhas como currais, socós e matapis, ou no uso de lanças de madeira artesanais, que poderiam sustentar a alimentação de seus senhores, bem como comercializar os peixes excedentes nas redondezas.

Essas armadilhas foram inventadas a partir de conhecimentos indígenas com os quais os escravizados africanos poderiam direta ou indiretamente conviver de

alguma maneira e poderiam ser rearticulados com os conhecimentos africanos. A pesca de curral, por exemplo, envolvia grande varas com trançados de cipós e outras fibras vegetais fincadas em rios ou junto a costa para encurralar peixes, era uma prática indígena, mas havia elementos similares na costa da África Ocidental, região do Senegal e Guiné-Bissau. Os pequenos matapis e socós eram estritamente indígenas, pequenas arapucas amarradas por fibras de palmeira que serviam para pesca de peixe e camarão. Para além disso, alguns escravizados africanos usavam a experiência adquirida na África Ocidental com diques junto a rios, não só para a irrigação do arroz e outras culturas, mas também para a criação de peixes.

Damário Bijagó era escravizado africano do proprietário Pierre Lamagner em 1813, era um pescador da África Ocidental, do arquipélago das Ilhas de Bijagó, comunidades africanas que navegava entre as ilhas com as Almadias, embarcações semelhantes à grandes canoas e praticavam pesca costeira na região. Os conhecimentos de Damário foram fundamentais para sustentar os mais de duzentos escravizados de Pierre Lamagner e recomercializá-los para outros planteis de escravizados da região.

Imagem 25: Homem e criança à beira do rio Itapecuru em atividades de pesca



Fonte: SeaArt AI, 2025.





Prático de Carreira

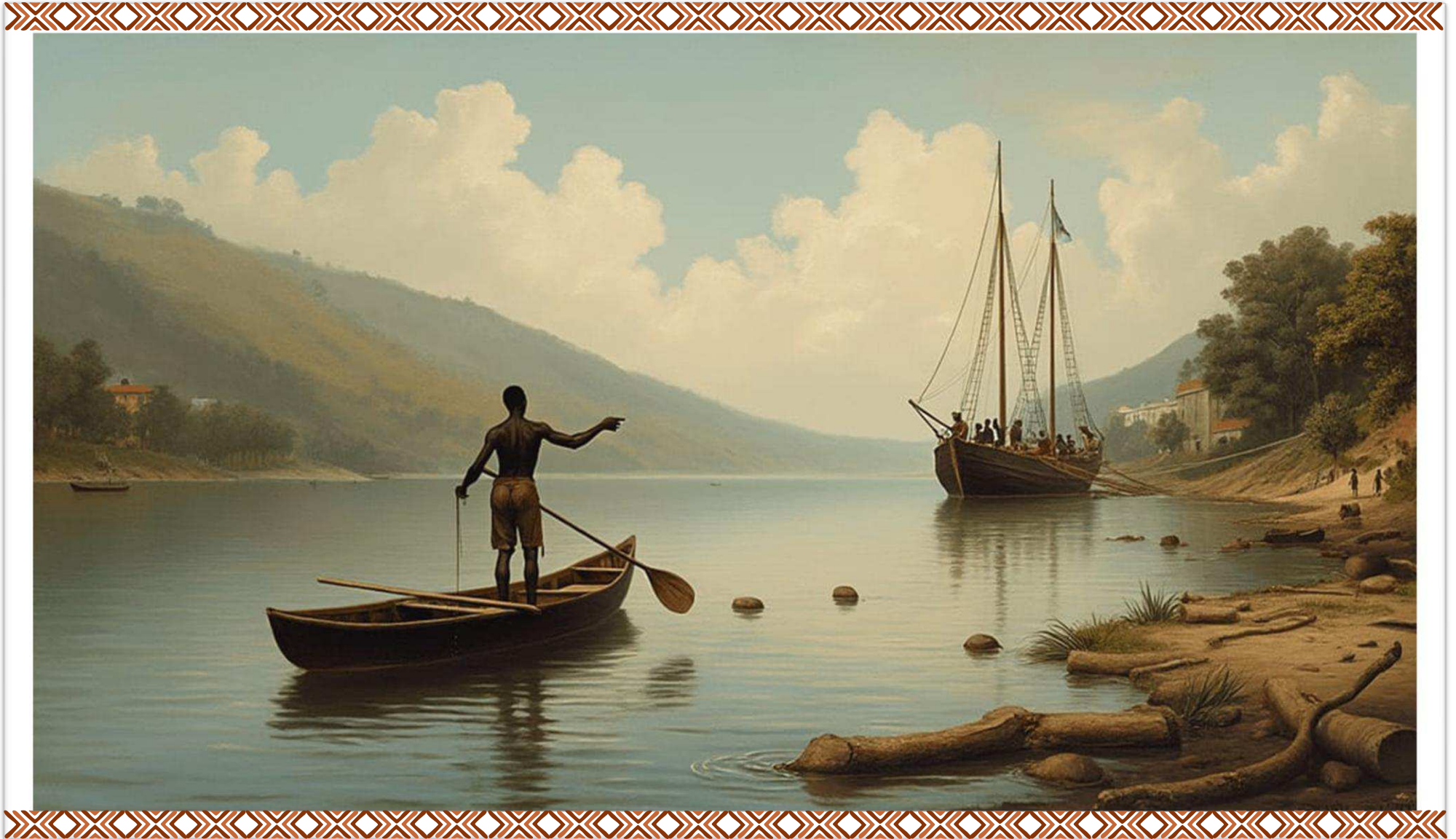
O cupações e ofícios que lidavam com a navegação e locomoção fluvial tinham um enorme valor, já que a maior parte das movimentações no mundo colonial eram por rios e na navegação costeira. Isso era ainda mais importante em ilhas como a capital, São Luís, centro de movimentação das embarcações marítimas atlânticas e das embarcações que navegavam na baía e pelos rios Mearim, Itapecuru, Amazonas, Parnaíba, Carau, São Francisco, Paraíba, dentre outras bacias ou grandes rios coloniais.

Canoas, lanchas e sumacas eram embarcações de pequeno e médio porte que poderiam subir alguns rios de grande profundidade, dependendo do leito e meandros do fluxo da água. Dado a irregularidade das navegações costeiras, fluvial e de ancoragem era necessário alguém que conhecesse os caminhos e a sazonalidade do volume da água, das grandes chuvas, do movimento

das marés, do impacto da maré de sizígia nos rios, esse alguém era o escravizado prático. Estes escravizados eram indivíduos dedicados a uma vida a navegação e que, provavelmente, herdava conhecimentos dos pais e avós, um conhecimento tradicional e ancestral, eles eram responsáveis por conduzir diferentes embarcações na navegação fluvial e no processo de ancoragem nos diferentes portos.

Um desses escravizados práticos era o africano Domingos Caxeu, que tinha 56 anos, e estacionava e orientava embarcações pelo Itapecuru, que acompanhava viagens de diferentes indivíduos. Seu conhecimento orientava embarcações para evitar naufrágios ou encalhes e garantir o fluxo de mercadorias do bacharel Henrique Guilhon, seu senhor e grande proprietário da ribeira no começo do século XIX.

Imagem 26: Representação de um Prático direcionando embarcação



Fonte: AI-Pro, 2025.



Rr

Roceiro

Fazendas, sítios, chácaras e ranchos eram terras próximas aos rios que entravam pelo mundo colonial e neles que se produzia os principais produtos para as colônias. Os trabalhadores que movimentavam a economia nessas unidades produtivas eram os escravizados do campo, aqueles trabalhadores do mundo rural, do dito “serviço da roça”.

A divisão entre as atividades, ocupações e ofícios do “serviço da roça” não era muito clara, mas dentre elas tínhamos ocupações como capinas (*vide verbete*) e roceiros. Apesar de parecerem próximas em suas habilidades e atividades, o roceiro é aquele que cuida da roça em seu mais amplo aspecto, é a sementeira do terreno, a construção de diques e formas de irrigar, a rotatividade de culturas ou agriculturas consorciadas, a colheita, a secagem e o ensacamento para o transporte.

Não foram raras as vezes que a atividade de roceiro apareceu nas documentações do Piauí,

Maranhão e Pará, fazia parte da economia agrícola que se desenvolvia nas fazendas das capitanias coloniais. Eram estes os escravizados que mais aparecem nas pinturas e outras artes sobre os escravizados do mundo colonial, unicamente representados como homens, o que denota a ideia de que roceiros e outros escravizados do “serviço da roça” eram do sexo masculino, seminus e musculosos.

No Maranhão, encontramos roceiros como José Angola, de 35 anos, mas junto com ele também trabalhavam mulheres escravizadas como Theodora Crioula, de 45 anos, e Barbara Crioula, de 25 anos, dentre outras tantas. Acreditava-se, inclusive, dentre os traficantes e proprietários coloniais, que as escravizadas roceiras poderiam ser muito mais rápidas que os homens na colheita do arroz e algodão. Sendo assim, não era uma atividade exclusiva de homens como a memória mostra, mas com grande quantidade de mulheres durante o trabalho no mundo colonial da América Portuguesa.

Imagem 27: Homens limpando terreno para plantação



Fonte: Al-Pro, 2025.



Ss

Sapateiro

Sapateiros tem uma grande relevância no mundo ocidental, pois fabricavam uma das vestimentas de maior uso e com representatividade para as distinções sociais. Sapatos possuíam diferentes fins sociais, mas seu uso, confecção e modelos denotavam diferentes grupos sociais. Os sapateiros, assim, tinham um peso grande entre os grupos de artesãos.

A atividade de sapateiro tem uma grande representação na sociedade do século XVIII, tanto na sociedade europeia, quanto na sociedade colonial. Sapatos eram elementos de diferenciação social no Brasil colonial. Escravizados não usavam sapatos ou qualquer forma de indumentária nos pés.

Existiam diferentes formas de demonstrar a diferenciação social que havia entre os grupos na América Portuguesa até o período da abolição, dentre estas o uso de sapatos era uma das principais. Isso significa que o uso ou não de sapatos poderia evidenciar sua condição jurídica, nesse sentido, a função de sapateiro não denotava apenas o gosto por

determinados tipos de calçados ou seus usos durante o período colonial, mas também a posição social de quem os usava.

Ao que parece era um ofício urbano, servido como ocupação de ganho (*vide escravizado ganhador*) para seu senhor. Alguns senhores mantinham pequenas oficinas para o trabalho desses escravizados sapateiros e a comercialização dos calçados que produziam para senhores e senhoras do mundo colonial.

Ao que parece, senhores e proprietários tinham interesse pela boa formação e qualificação desses escravizados sapateiros. Nesse sentido, o caso do escravizado José Crioulo, de 14 anos, é emblemático, pois o jovem escravizado foi mandado para a “cidade do Pará, [para] aprender a ser sapateiro” em 1808, a mando do seu senhor, o Capitão João Fernandes de Carvalho. Ao que parece, alguns mestres sapateiros eram conhecidos na capitania do Pará e não só produziam sapatos, mas ensinavam aos jovens aprendizes o ofício. O Capitão estava disposto a enviar seu escravizado para longe pensando na melhoria dos calçados que poderia usar e ainda nos ganhos que este escravizado poderia lhe proporcionar.

Imagem 28: Jovem produzindo sapatos



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Servente

Os escravizados eram organizados e obrigados a se organizar conforme os interesses pessoais dos seus senhores e proprietários. Além disso, as especializações podem ser muito esmiuçadas e dar conta de atividades simples, mas que possuem forte lógica com a organização e exploração do trabalho dos escravizados.

Quando os senhores e grandes proprietários possuíam grandes empreendimentos agrários que exigiam diferentes formas de atenção, torna-se necessário dividir e estipular formas de atividades as mais diferenciadas para os escravizados. Assim, acabou-se criando a modalidade de escravizados servente.

O escravizado servente. Ou, ainda, classificado como um “ajudante” é direcionado para as lógicas de limpeza, cuidado e preservação do patrimônio interno de uma grande fazenda ou instituição da administração colonial. Talvez tivesse, ainda, uma função mais ampla ao ser aquele que ajuda as diferentes ocupações e qualificações. Thomas Mandinga era um desses escravizados, um homem de 65 anos, o seu objetivo era limpar e vigiar as instalações da Fazenda Guanaré, propriedade do Fazendeiro Pedro Miguel Lamagner. As

atividades desenvolvidas por Thomas Mandinga era atividade simples, pois sua idade menos produtiva oferecia menos condições de executar parte dessas atividades.

Nesse ponto, é bom enfatizar que as atividades de Thomas Mandinga eram delimitadas por suas restrições de idade. O proprietário Pedro Lamagner dificilmente conseguiria vendê-lo, mesmo com seu valor reduzido de 32 mil reis, enquanto a maior parte dos escravizados valiam em torno de 200 mil reis.

Portanto, a maior parte desses idosos escravizados ocupavam funções mais simples e menos pesadas. Isso não se deve a boa intenção dos senhores, mas à dificuldade em revender esses escravizados e retirá-los da produção nas fazendas e retirá-los da produção nas fazendas. Expulsá-los poderia ter reverberações negativas sobre a imagem que o plantel de escravizados fazia sobre seus senhores, insuflando a rebeldia, a revolta e a resistência entre eles.

Imagem 29: Senhores executando atividades de limpeza



Fonte: SeaArt AI, 2025.



Tt Tecelão

O escravizado artesão deve não somente reconhecer os tipos de fio como o linho de cânhamo ou algodão, mas ainda os vegetais usados nas tinturas e o conhecimento técnico sobre o manuseio dos imensos teares do século XVIII e XIX.

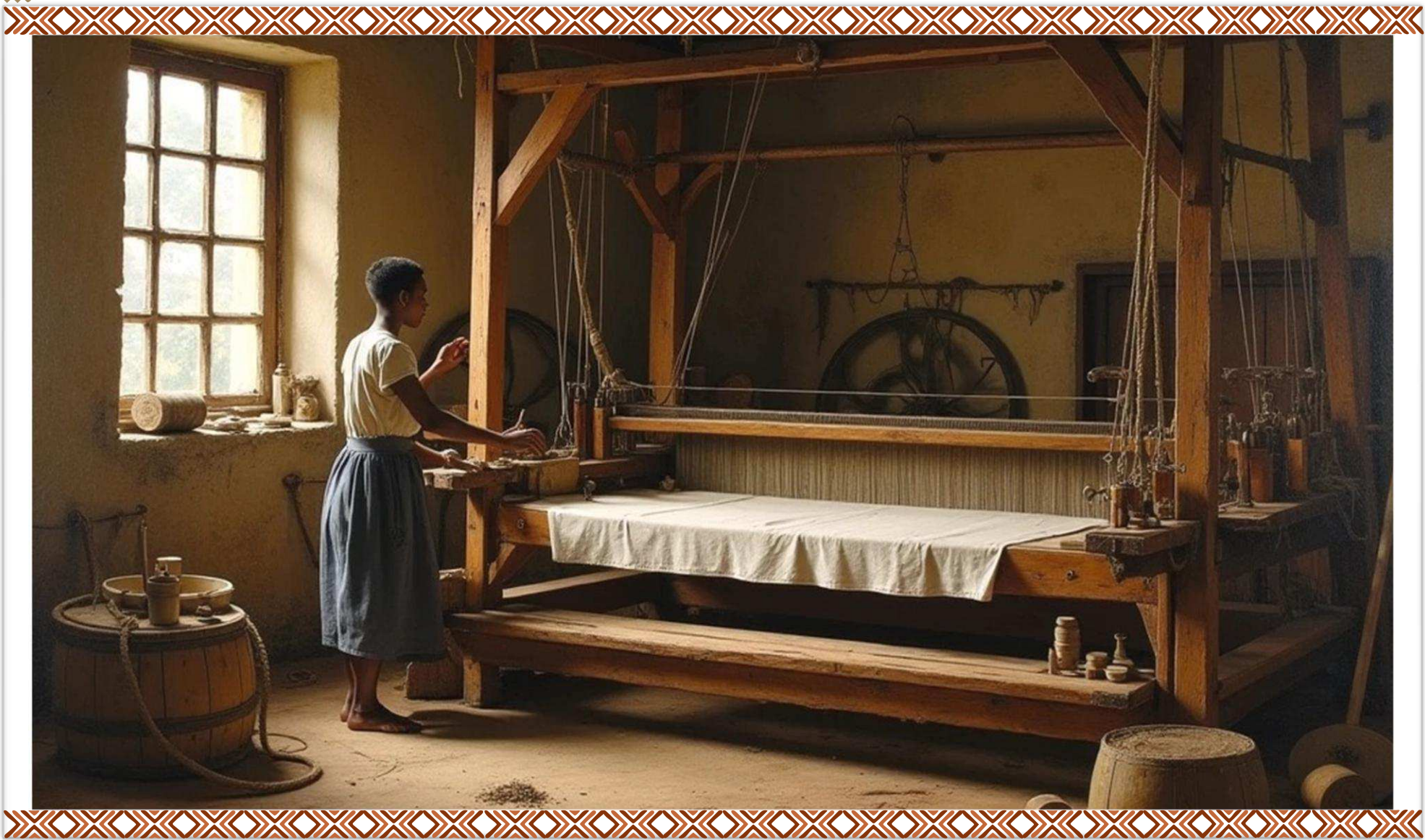
Nesse sentido, a experiência do escravizado era essencial para a execução dessa ocupação. Esses artífices usavam seus conhecimentos e experiências adquiridos em África para a execução de suas atividades. Africanos Minas dos países de Gana, Benim, Nigéria, ou, Angolas, gostavam de roupas coloridas no seu uso cotidiano ou, ainda, os Moçambiques consumiam e produziam tecidos longos, coloridos e estampados denominados de capulana. Esse conhecimento tradicional e ancestral coadunava com a atividade de mestres dos tecidos que estavam ocupando dentro da sociedade escravocrata.

Os níveis de especialização dos escravizados poderiam ir para além do nível de oficial e mestre, nível mais alto dentro das categorias de trabalho que envolvia não somente uma autoridade simbólica que poderiam ter, mas também o controle sobre técnicas, tecnologias e

instrumentos de produção. O escravizado movimentava o tear com infusões de urucum, anilys, brasilina para a produção de tecidos e roupas coloridas que serviriam para o vestuário colonial.

O escravizado Carlos, de 19 anos, moçambicano, era reconhecido como oficial tecelão, trabalhava em uma pequena oficina de seu senhor e produzia tecidos para que ele os revendesse. Era jovem, mas já era um artífice reconhecido como oficial por conta de sua ancestralidade moçambicana, o que o tornava hábil na produção de indumentárias.

Imagem 30: Tecelã trabalhando na produção de tecidos



Fonte: SeaArt AI, 2025.

Era um escravizado explorado por seu senhor para a criação de gado *vacum* (Bois e vacas) e cavalari (cavalo, égua), que usava estratégias extensivas, andando longos espaços para a criação do gado. Por consequência, suas obrigações também requeria a criação de ranchos ou criadouros, bem como vigílias constantes para proteger o gado de perigos naturais, como de onças, cobras e outros.

A economia brasileira no período colonial mantinha uma economia voltada para o mercado externo, de fundo agrícola e pecuarista. Entretanto, nas regiões do Maranhão e Piauí a economia baseada na criação de gado tinha uma especial preponderância, especialmente no sertão do Maranhão, era ao mesmo tempo o centro da economia, mas, também, o motor da colonização.

Por consequência, a importância do Vaqueiro escravizado negro era notória para o cuidado com o

gado criado de maneira extensiva, pensando o cuidado com os limites territoriais da criação, o enfrentamento com índios do curso, os quais poderiam atacar a criação de gado.

Eram, basicamente, homens, sem idade pré-definida entre 20 e 60 anos de diferentes origens étnicas, Angolas, Mandingas, Caxeus, Cafus, Pardos e mulatos, mas com valores acima de 200 mil reis, dado sua importância no trato com o gado dos senhores.

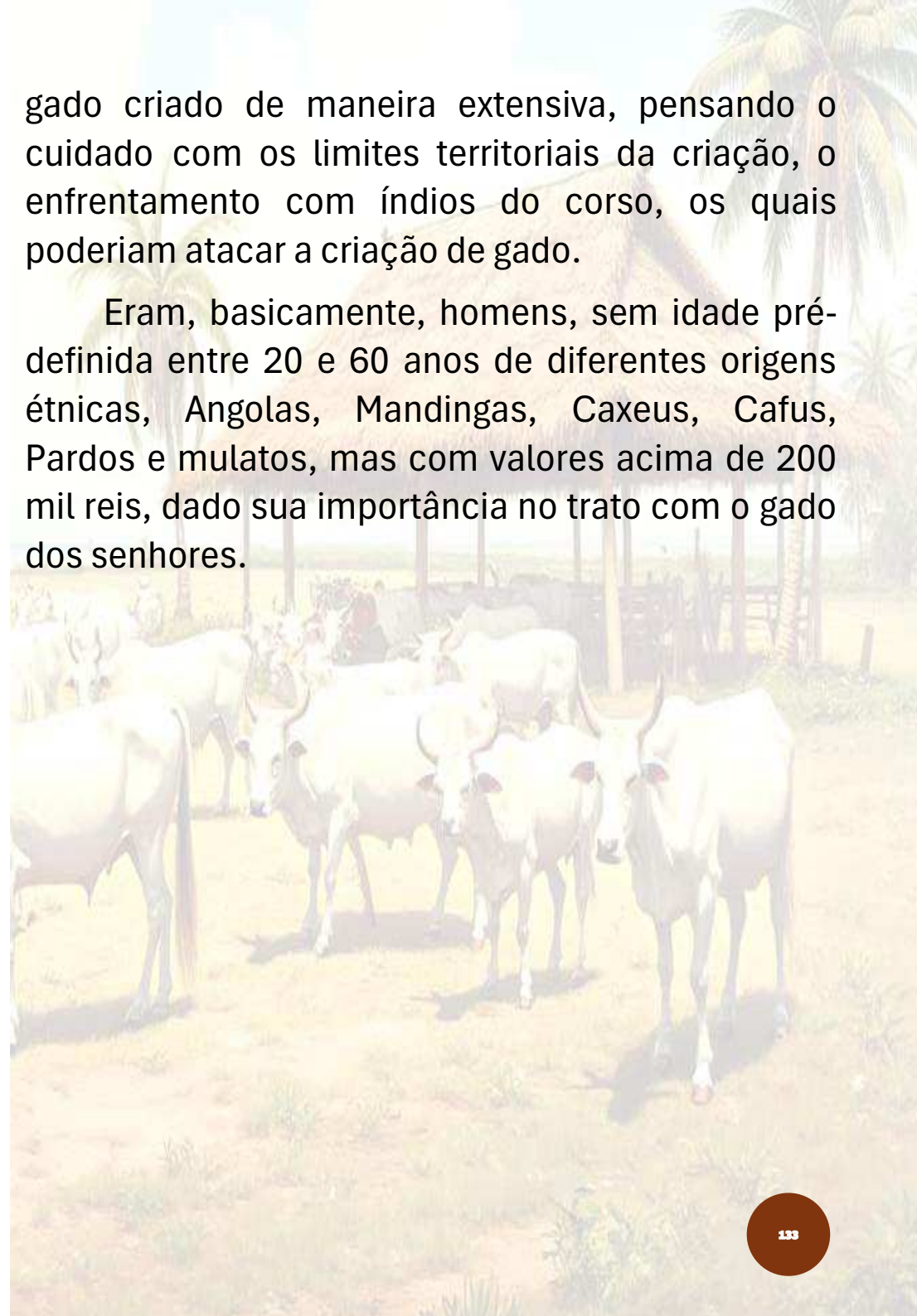


Imagem 31: Vaqueiro cuidando de gado



Fonte: AI-Pro, 2025.



REFERENCIAS

ANICER – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA. Telhas Cerâmicas - Manual técnico. Porto Alegre: 2000.

DOSSIN, F.R. História como fonte artística. Faces da FOTOR's Nt Creator o art, turns, your digital photos. Programa de criação de imagens. Disponível em: [Fotor's NFT Creator - GoArt, Turns Your Digital Photos into NFT Artworks](#). Acessado em: julho de 2023.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livre na ordem escravocrata. 4ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes** – O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Lanços & Enlaces**: relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís: EDUFMA, 2008.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert. O Tráfico de Escravos no Atlântico. Natal: FUNPEC, 2006.

LEONEL, Magali; CEREDA, Marney Pascoli. Extração da fécula retina no resíduo fibroso do processo de produção de fécula de mandioca. Ciênc.Tecnol. Aliment., Campinas, v.20, n.1, p.122-127, apr.2000.

MÂCEDO, Lara Jéssica Nóbrega. **Escravidão e comércio de africanos no ensino de História: de uma abordagem teórico-conceitual a uma proposta para o uso de fontes e novas metodologias**. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST). São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

MEIRELES, Marinelma Costa. **Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão setecentista**. Dissertação de Mestrado: UNB, 2006.

MEIRELES, Mario. **História do Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001.

_____. *Negros no Maranhão*. In: **Dez Estudos Históricos**. São Luis: Coleção Documentos Maranhenses, 1994.

MOTA, Antonia da Silva. *Família e Fortuna no Maranhão Setecentista*. In: COSTA, Wagner Cabral (org.) **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís, EDUFMA, 2004.

PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) **Angola e Brasil**: nas rotas do Atlântico Sul. São Paulo: Bertand Brasil, 2002.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do canbomblé**: história e ritual jeje na Bahia. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

PARRON, Tâmis. A política da escravidão do Império do Brasil, 1826-1865. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e Morte Social**. São Paulo: EDUSP, 2008.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística no Maranhão na década de 1880**. Tese de doutorado. São Paulo, 2006.

REGINALDO, Luc ilene. **Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na bahia setecentista**. Tese de doutoramento em História, Universidade Estadual de Campinas – 2005.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____; GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

REZENDE, R. C., & SYMANSKI, L. (2022). Olarias, escravidão e a dinâmica da produção, circulação e consumo de vasilhames cerâmicos em Campos dos Goytacazes no século XIX. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 30, 1-57.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTIAGO, Cybele Celestino. **Argamassas tradicionais de cal**. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2007.

SOARES, Mariza. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no império português, século XVIII. In.: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 26, nº 2, 2004.

_____. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes do Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio no Maranhão - 1612-1895**. v. 1. São Luís: Lithograf, 1992



Sobre o autor

Reinaldo dos Santos Barroso Junior

É Doutor em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2025). Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), pesquisador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEAFRICA), pesquisador do Núcleo de Documentação e Estudos em História e Trabalho (NEHST) e pesquisador colaborador do Slave Wreck Project da George Washington University.





PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

